



# Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 28.152.650/0001-71

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

### MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

No ano de 2013, a EDP Escelsa prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, alinhada com os pilares estratégicos do Grupo EDP: risco controlado, crescimento orientado e eficiência superior.

O ano foi marcado pelo reconhecimento da EDP Escelsa como Finalista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), pela primeira vez na história da companhia, enfatizando nosso compromisso com a excelência em gestão. A companhia também foi reconhecida no Prêmio Qualidade do Espírito Santo (PQES), com distinção máxima e pela primeira vez nos 10 anos de história do prêmio. Em 2013, destaca-se ainda a certificação ISO 9001:2008 nos escopos: avaliação técnica dos equipamentos de medição e coleta de dados dos padrões de atendimento comercial.

#### Mercado e Resultados Financeiros

Em 2013, a base de clientes teve incremento de 3,5% sobre a base de 2012, que representou aproximadamente 46 mil novos clientes conectados a rede da companhia, o acréscimo do período foi concentrado nas classes residencial (+3,6%), rural (3,2%) e comercial (+3,1%).

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da EDP Escelsa no ano de 2013 foi de 10.545 GWh, o que representou um incremento de 4,1% em relação ao ano de 2012. Esta variação foi impulsionada por um maior volume de energia vendida para os clientes cativos, cujo montante, em 2013, foi de 6.536 GWh, 5,9% superior ao registrado em 2012. O volume de energia transportada para clientes livres apresentou incremento de 1,4% face a 2012.

A receita operacional líquida, desconsiderando as receitas de construção, totalizou R\$1.849,2 milhões, 4,6% superior a 2012. O EBITDA totalizou R\$365,3 milhões, com aumento de 4,3% comparado a 2012. O lucro líquido foi de R\$134,0 milhões, 15,5% inferior ao ano anterior. Nos primeiros meses de 2013, os resultados financeiros foram influenciados pelos elevados custos de aquisição de energia, reflexo da condição hidrológica menos favorável e maior despacho de usinas Térmicas por segurança energética. Os efeitos relacionados ao custo de aquisição de energia foram mitigados através da transferência de fundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a EDP Escelsa, totalizando R\$239,1 milhões.

#### Investimentos e Resultados Operacionais

Em 2013, com foco na qualidade dos serviços, no atendimento ao mercado e à regulação vigente, mantivemos os investimentos, líquidos de obrigações especiais, que superaram R\$189 milhões em obras estruturantes de reforço do sistema elétrico, como a construção e energização das Subestações Serra Sede (+41,5 MVA) e Jurama (12,0 MVA). Destacamos também a ampliação das subestações Boa Esperança (+6,7 MVA) e Canivete (+12,5 MVA), totalizando 3.351 MVA de capacidade instalada, além dos investimentos em melhoramento da rede, telecomunicações, informática entre outros.

Como resultado dos investimentos na expansão, modernização e manutenção das redes, combinados a melhoria contínua do atendimento em campo, a EDP Escelsa obteve resultados positivos nos indicadores técnicos de continuidade do fornecimento de energia. Nosso DEC (Duração Equivalente de Interrupção) foi de 9,67 horas, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção) 5,78 vezes, índices abaixo dos padrões estabelecidos pela ANEEL (10,42 horas e 8,13 vezes, respectivamente). Devo enfatizar que conseguimos esses resultados, com a rede confrontada com os severos fenômenos climáticos ocorridos no Estado do Espírito Santo ao longo de 2013, principalmente no mês de dezembro. Incrementos e modernizações dos canais de atendimento valem ser ressaltados, como as melhorias na agência virtual, a reformulação de diversas agências de atendimento presencial e a inauguração de um novo e moderno call center. As perdas totais apresentaram redução de 0,51 p.p. sobre o montante de 2012, resultado do plano consistente de combate às perdas, que incluiu iniciativas de regularização de ligações clandestinas, substituição de medidores, retirada de ligações irregulares e elevação do nível de telemetria.

#### Agradecimentos

Estes resultados são mérito da administração anterior, a qual agradeço e parabeno pelos mesmos. Agradeço ainda aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2014, manteremos a política de segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhado de rigorosa gestão financeira e continuaremos profundamente empenhados na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

#### Miguel Dias Amaro

Diretor Presidente da EDP Escelsa

#### A COMPANHIA

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005. A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

#### CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2013 foi marcado por desafios no Espírito Santo. Em 2013, os capixabas tiveram de adaptar-se à unificação da alíquota de ICMS sobre importações, que reduziu a arrecadação e, consequentemente, diminuiu a capacidade de investimento do estado e dos municípios. Além disso, a redução da demanda global por commodities afetou a economia capixaba, que é fortemente voltada para o comércio internacional. Segundo o MDIC, a balança comercial do Espírito Santo fechou o ano com o saldo de 3,5 bilhões, tendo verificado redução de 10% nas exportações e recuo de 15% nas importações nessa base de comparação.

Dados do IBGE mostram que a produção física industrial do Espírito Santo também decresceu 6,7% em 2013. Os principais impactos negativos foram verificados nas atividades de metalurgia básica (-29,5%) e de alimentos e bebidas (-15,0%), influenciadas, em grande parte, pela menor produção de lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço ao carbono, no primeiro ramo, e de produtos embutidos de carne de suíno e bombons, no segundo.

Em contrapartida, o setor de rochas ornamentais teve o melhor desempenho na pauta de exportação do Espírito Santo no ano, com crescimento de cerca de 27% nas vendas para o mercado externo. Além disso, o mercado de trabalho continuou aquecido em 2013, quando alcançou saldo de 19 mil postos de trabalho formais, sendo o setor de Serviços (+7.836) o maior destaque, dados do CAGED.

#### AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

##### Alterações Regulatórias

O ano de 2013 assistiu a significativas alterações nas regulamentações do setor elétrico, as quais foram inicialmente propostas por meio da Medida Provisória nº 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir em média 20% à conta de energia elétrica para todo o Brasil. Essa redução foi possível decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%). Esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a qual estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (artigo 19 da Lei nº 9.074/1995) com contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderiam prorrogar antecipadamente as suas concessões.

Estas concessões de geração, para fazerem jus à renovação antecipada, tiveram que disponibilizar sua garantia física de energia e de potência para o regime de cotas distribuídas, cotas estas, que foram distribuídas proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia das mesmas. A tarifa a que terão direito as geradoras cobrirá os custos eficientes de operação e manutenção,

encargos e tributos. A parcela não depreciada do ativo imobilizado em serviço foi indenizada a Valor Novo de Reposição.

Para as concessionárias de transporte que renovaram as suas concessões, somente os custos de operação e manutenção serão considerados na Receita Anual Permitida (RAP), pois se considerou que os ativos vinculados à prestação do serviço de transporte de energia elétrica estão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, a cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixaram de ser repassadas aos consumidores e o valor destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi inicialmente reduzido em 75% de seu valor atual.

Em 23 de janeiro de 2013, com a publicação Medida Provisória 605 (MP605), a CDE também passou a destinar recursos para cobrir (i) os descontos aplicados nas tarifas e (ii) a exposição involuntária das distribuidoras ao Mercado de Curto Prazo, decorrente da não adesão à prorrogação de concessões de parte das geradoras. Essa Medida Provisória alterou a Lei 10.438/2002, que estabelece a destinação dos recursos da CDE.

Os efeitos destas alterações entraram em vigor a partir de 24 de janeiro de 2013 quando a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou os resultados da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, promovida para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia elétrica do País. Assim, foram reduzidos os custos não gerenciáveis que compõe a Parcela A das tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras, uma vez que os custos gerenciáveis que compõe a Parcela B permaneceram inalterados.

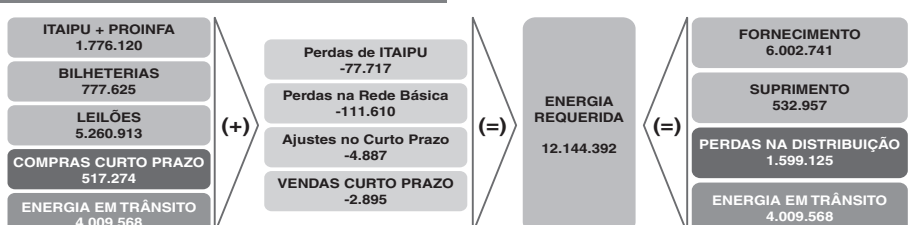
Em 07 de março de 2013, foi publicado o Decreto nº 9.745 que alterou a redação do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, permitindo que também o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética possam ser cobertos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Desse modo, a Eletrobrás, empresa gestora dos fundos setoriais, dentre eles a CDE, passou a repassar às concessionárias de distribuição os recursos para cobrir mensalmente os custos relacionados a: (i) Geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia - MRE (Risco Hidrológico das Cotas); (ii) Montante de reposição não coberto pelas cotas (Exposição Involuntária); (iii) o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito (ESS - Segurança Energética), ocorridos de Janeiro a Dezembro de 2013, e (iv) os montantes anuais homologados pela ANEEL para cobrir, total ou parcialmente, o resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, decorrentes do custo de aquisição de energia elétrica e ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS.

Os recursos provenientes da CDE estão detalhados na tabela abaixo:

| Recursos CDE 2013 (R\$/Mil)     | EDP Escelsa    |
|---------------------------------|----------------|
| Insuficiência de Cotas          | 36.960         |
| Risco Hidrológico               | 4.351          |
| Encargo de Segurança Energética | 67.854         |
| Provisão RTP EDP Escelsa        | 90.670         |
| Ajuste referente ao 1T13        | 29.688         |
| Ajuste referente ao 2T13        | 12.300         |
| Ajuste referente ao 3T13        | (2.701)        |
| <b>Total</b>                    | <b>239.122</b> |

Nota: RTP - Revisão Tarifária Periódica



#### Compra de Energia

A compra de energia em 2013 foi de 8.331,9 GWh, superior em 1,2% à de 2012. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFRA representam 21,3%, as compras no ACR (CEEAR e Contrato de Ajuste) 63,1%, os Contratos Bilaterais 9,3% e o Curto Prazo 6,2%.

#### DESEMPENHO OPERACIONAL

A EDP Escelsa vendeu 6.535,7 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período findo em 31 de dezembro de 2013, representando um crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 4.009,6 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, apresentando um acréscimo de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou um crescimento no volume em relação ao ano anterior de 4,1%, totalizando 10.545,3 GWh.

| Janeiro a Dezembro                             | MWh               |                   | Consumidores     |                  |
|--|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
|  | 2013              | 2012              | 2013             | 2012             |
| <b>Fornecimento</b>                            |                   |                   |                  |                  |
| Residencial                                    | 2.094.560         | 1.962.700         | 1.072.472        | 1.035.279        |
| Industrial                                     | 1.165.840         | 1.111.320         | 11.750           | 11.499           |
| Comercial                                      | 1.367.308         | 1.302.270         | 117.015          | 113.492          |
| Rural  | 693.277           | 622.968           | 165.722          | 160.592          |
| Outros   | 672.450           | 656.683           | 11.714           | 11.379           |
| (-) Transferência para TUSD - clientes cativos |                   |                   |                  |                  |
| Fornecimento não Faturado                      |                   |                   |                  |                  |
| Consumo próprio                                | 9.306             | 8.598             | 193              | 172              |
| <b>Total Fornecimento</b>                      | <b>6.002.741</b>  | <b>5.664.539</b>  | <b>1.378.866</b> | <b>1.332.413</b> |
| Suprimento                                     | 532.957           | 509.449           | 1                | 1                |
| <b>Total Fornecimento e suprimento</b>         | <b>6.535.698</b>  | <b>6.173.988</b>  | <b>1.378.867</b> | <b>1.332.414</b> |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição    | 4.009.569         | 3.955.871         | 74               | 67               |
| <b>Total Energia Distribuída</b>               | <b>10.545.267</b> | <b>10.129.859</b> | <b>1.378.941</b> | <b>1.332.481</b> |
| Energia de curto prazo                         | 2.895             | 290.321           |                  |                  |
| (-) Deduções à receita operacional             |                   |                   |                  |                  |
| <b>Receita Operacional Líquida</b>             | <b>10.548.162</b> | <b>10.420.180</b> | <b>1.378.941</b> | <b>1.332.481</b> |

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

#### QUALIDADE

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2013 registradas 9,67 horas e 5,78 interrupções, respectivamente.

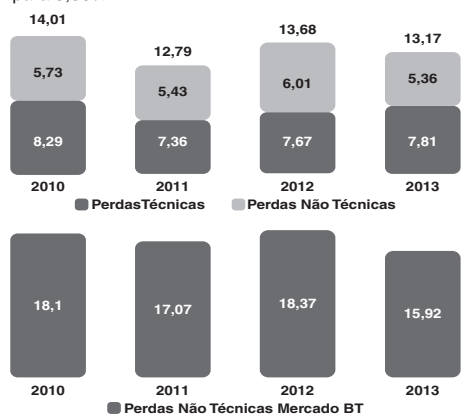
| Indicador | Unidade                | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  |
|-----------|------------------------|-------|-------|-------|-------|
| DEC       | Real                   | 9,16  | 10,48 | 9,88  | 9,67  |
|           | Meta Aneel Regulatoria | 11,49 | 11,18 | 10,78 | 10,42 |
| FEC       | Real                   | 6,35  | 6,38  | 6,37  | 5,78  |
|           | Meta Aneel Regulatoria | 9,12  | 8,98  | 8,51  | 8,13  |

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)



As perdas totais em 2013 foram de 13,17%, abaixo em 0,51 p.p. em relação a 2012. As perdas técnicas aumentaram 0,14 p.p., passando de 7,67% para 7,81% e as perdas não técnicas reduziram 0,65 p.p. passando de 6,01% para 5,36%.



### Combate Às Perdas Não Técnicas

O resultado do fechamento das perdas não técnicas da EDP Escelsa foi fortemente influenciado pela redução da carga no mês de dezembro de 2013. As fortes chuvas e consequente redução de temperatura causaram redução da carga própria de dezembro de 2013, 9,3 % menor que a carga própria de dezembro de 2012, influenciando o encerramento de 2013. Em 2013, considerando o desenvolvimento da matriz de perdas não técnicas da EDP Escelsa, na qual ficou caracterizada que a principal causa das perdas não técnicas são as ligações clandestinas presentes nas áreas de alta complexidade social, o plano de investimento para o programa de perdas não técnicas da EDP Escelsa teve o objetivo de reforçar as ações de regularização de consumidores clandestinos associado a programas de eficiência energética e orientações para o uso racional da energia, tornando o valor da conta de energia elétrica sustentável do ponto de vista do orçamento familiar.

Desta forma, foi ampliado o projeto Agentes da Boa Energia, no qual agentes comunitários e técnicos regularizam as unidades consumidoras de forma que os consumidores clandestinos passem a fazer parte da base da EDP Escelsa e os clientes com débitos, ou na iminência de se tornarem inadimplentes, passem a ter os consumos de energia elétrica com valores adequados à capacidade de pagamento. Além disso, aliado ao conceito do projeto Agentes da Boa Energia, foi ampliado o novo conceito de rede de distribuição de energia que elimina os cabos de distribuição da baixa tensão e distribui a energia para as unidades consumidoras através de raios individuais já medidos por meio de medições instaladas em concentradores, que por sua vez estão ligados diretamente na saída dos transformadores de distribuição. A partir deste novo conceito, qualquer intervenção na rede ou nos raios poderá ser identificada através de sistema remoto de monitoramento.

No ano de 2013 também foi desenvolvido o projeto Boa Energia na Irrigação, visando reduzir perdas não técnicas em áreas rurais de elevada perda através da regularização das medições e do incentivo à utilização do benefício tarifário concedido às atividades de irrigação.

Nas ações de fiscalização, foram realizadas 135.782 inspeções e retiradas 70.281 ligações clandestinas da rede de distribuição de baixa tensão.

### PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

| Descrição  | 2013           | 2012           | Variação % |
|--|----------------|----------------|------------|
| <b>Subestações</b>   |                |                |            |
| Quantidade   | 87             | 85             | 2,4        |
| Potência Instalada de Transformadores (MVA)                  | 3.351          | 3.277          | 2,3        |
| <b>Redes de Distribuição - Própria (Km)</b>                  | <b>60.812</b>  | <b>59.864</b>  | <b>1,6</b> |
| AT (maior ou igual a 69 KV)                                  | 2.644          | 2.642          | 0,1        |
| MT (entre 1 e menor a 69 KV)                                 | 49.059         | 48.267         | 1,6        |
| BT (menor que 1 kV)  | 9.109          | 8.955          | 1,7        |
| <b>Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)</b> | <b>95.479</b>  | <b>91.628</b>  | <b>4,2</b> |
| Urbano   | 25.463         | 24.046         | 5,9        |
| Rural  | 70.016         | 67.582         | 3,6        |
| <b>Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)</b>      | <b>2.884</b>   | <b>2.668</b>   | <b>8,1</b> |
| Urbano   | 1.781          | 1.647          | 8,1        |
| Rural  | 1.103          | 1.021          | 8,0        |
| <b>Postes em Redes de Distribuição - Quantidade</b>          | <b>634.477</b> | <b>617.669</b> | <b>2,7</b> |

### RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP Escelsa mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: Call Center, internet (agência virtual), agências de atendimento presencial e agentes comerciais, bem como atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativo, poderes públicos e Órgãos de Defesa do Consumidor. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria com Call Center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a Ouvidoria da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Escelsa conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência. Em 2013, foram atendidas 1,6 milhão de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Escelsa está presente nos Municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 69 Agências de atendimento presencial que realizaram 1,1 milhão de atendimentos. Além destas agências, aproveitando a sinergia com a rede de arrecadadores, possui também 108 agentes comerciais distribuídos na área de concessão. Por meio destes canais e da internet, através da agência virtual, foram realizados 2,3 milhão de atendimentos.

Cabe destacar que 2013 mantivemos a tendência de redução do número de reclamações comerciais, reduzindo em cerca de 30% comparado ao exercício anterior, decorrente do aprimoramento na qualidade da gestão comercial através da aplicação de metodologias de melhoria contínua. Para os Grandes Clientes e Clientes Corporativos o mercado é segmentado de acordo com seus respectivos perfis, visando atender suas necessidades, facilitando o acesso e contribuindo para uma maior satisfação destes segmentos e de maior aproximação institucional. Os órgãos públicos também contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, internet (agência virtual) e presencial, tornando mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos. As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo ainda a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento, contribuindo para um bom relacionamento institucional da concessão com os órgãos públicos.

### PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

#### Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2013, foram encerrados 13 e iniciados 5 projetos de P&D, permanecendo assim 8 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$3,24 milhões. A EDP Escelsa destaca o início dos projetos "Cidade Inteligente INOVITY - Observatório do Comportamento de Clientes de Energia Elétrica frente à inserção de novas soluções nos serviços de distribuição de energia elétrica" e "Projeto-piloto de avaliação da reação dos consumidores ao sistema de pré-pagamento e às tarifas diferenciadas na baixa tensão em um ambiente de Redes Inteligentes". Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

#### Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Escelsa, em 2013, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE. No ano de 2013, a EDP Escelsa investiu um total de R\$7,37 milhões, concluindo os 26 projetos de eficiência energética em hospitais e entidades beneficentes e os 3 prédios públicos do Governo do Estado. Basicamente atuou nos sistemas de ar condicionado e iluminação dessas instituições, com a substituição de equipamentos de baixo rendimento energético por outros mais econômicos e eficientes. Prosseguiu com o projeto "Boa Energia Solar" instalando no período equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência em 984 unidades consumidoras, permitindo assim substituir os chuveiros elétricos existentes. Deu sequência com o projeto "Agente da Boa Energia", que atendeu 13.742 unidades consumidoras em bairros dos municípios da Serra e Cariacica, cadastrando-os no CadÚnico, para usufruto da tarifa social, realizou orientações financeira e de mudanças de hábitos de consumo, negociou dívidas regularizando-os na EDP e introduziu equipamentos eficientes em substituição aos ineficientes. Por fim, realizou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 470 professores de 127 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 66.874 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e produzido uma unidade móvel de ensino "caminhão da boa energia" que visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folder explicativo.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| DRE - R\$Mil  | 2013             | 2012             | Var. %           |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Receita Operacional Bruta   | 2.933.837        | 3.061.900        | (4,2)            |
| (-) Deduções à Receita Operacional                                | (906.329)        | (1.157.195)      | (21,7)           |
| <b>(=) Receita Operacional Líquida</b>                            | <b>2.027.508</b> | <b>1.904.705</b> | <b>6,4</b>       |
| <b>(-) Despesas Operacionais: Gerenciáveis</b>                    | <b>1.784.669</b> | <b>1.652.633</b> | <b>8,0</b>       |
| <b>Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada</b> | <b>134.087</b>   | <b>99.926</b>    | <b>34,2</b>      |
| <b>Material</b>   | <b>14.491</b>    | <b>9.736</b>     | <b>48,8</b>      |
| <b>Serviços de terceiros</b>                                      | <b>141.676</b>   | <b>137.020</b>   | <b>3,4</b>       |
| <b>Depreciação e amortização</b>                                  | <b>122.494</b>   | <b>98.131</b>    | <b>24,8</b>      |
| <b>Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas</b>             | <b>26.682</b>    | <b>19.870</b>    | <b>34,3</b>      |
| <b>Provisões para contingências</b>                               | <b>33.012</b>    | <b>19.542</b>    | <b>68,9</b>      |
| <b>Aluguéis e arrendamentos</b>                                   | <b>1.234</b>     | <b>1.328</b>     | <b>(7,1)</b>     |
| <b>Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens</b>         | <b>(39.023)</b>  | <b>11.781</b>    | <b>(431,2)</b>   |
| <b>Valor novo de reposição</b>                                    | <b>2.992</b>     | <b>(77.905)</b>  | <b>(103,8)</b>   |
| <b>Custo com construção da infraestrutura</b>                     | <b>178.334</b>   | <b>136.990</b>   | <b>30,2</b>      |
| <b>Outras</b>   | <b>26.431</b>    | <b>10.692</b>    | <b>147,2</b>     |
| <b>Não gerenciáveis</b>   | <b>1.142.259</b> | <b>1.185.522</b> | <b>(3,6)</b>     |
| Energia elétrica comprada para revenda                            | 1.051.212        | 1.002.052        | 4,9              |
| Encargos de uso da rede elétrica                                  | 87.063           | 179.188          | (51,4)           |
| Taxa de fiscalização  | 3.984            | 4.282            | (7,0)            |
| EBITDA  | 365.333          | 350.203          | 4,3              |
| Margem EBITDA - %   | 19,8%            | 19,8%            | -0,1 p.p.        |
| <b>(=) Resultado do Serviço</b>                                   | <b>242.839</b>   | <b>252.072</b>   | <b>(3,7)</b>     |
| <b>Margem EBIT - %</b>  | <b>13,1%</b>     | <b>14,3%</b>     | <b>-1,1 p.p.</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                                       | <b>(66.745)</b>  | <b>(37.477)</b>  | <b>78,1</b>      |
| <b>EBT</b>  | <b>176.094</b>   | <b>214.595</b>   | <b>(17,9)</b>    |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                     | <b>(42.085)</b>  | <b>(55.929)</b>  | <b>(24,8)</b>    |
| <b>Resultado Líquido</b>  | <b>134.009</b>   | <b>158.666</b>   | <b>(15,5)</b>    |
| <b>Margem Líquida - %</b>   | <b>7,2%</b>      | <b>9,0%</b>      | <b>-1,7 p.p.</b> |

As margens EBITDA, EBIT e líquida não consideram as receitas de construção. A receita operacional líquida apresentou uma evolução positiva de 6,4% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$2.027,5 milhões e esta variação considera as receitas de construção as quais tem impacto nulo no resultado da empresa.

Se essas receitas forem desconsideradas a receita operacional líquida resulta em R\$1.849,2 milhões ficando 4,6% superior ao valor do exercício anterior. Esse resultado é explicado principalmente por:

- 1) Redução de R\$169,4 milhões da receita bruta, em virtude dos seguintes fatores: i) Redução nas receitas de fornecimento a clientes cativos e livres (R\$262,0 milhões) principalmente em razão dos impactos da Medida provisória 579/2012; ii) Aumento das outras receitas operacionais (R\$157,8 milhões), sendo principalmente R\$125,0 milhões por conta de compensações financeiras por incentivos tarifários à baixa renda, R\$28,8 milhões de ressarcimento por indisponibilidade e geração inferior ao despacho da ONS e por elevação dos valores de PLD, e R\$7,1 de compartilhamento de infra estrutura; iii) redução da receita da energia de curto prazo (R\$65,1 milhões).
- 2) Redução das deduções da receita operacional em R\$250,9 milhões, em virtude dos seguintes fatores: i) Redução dos tributos sobre a receita (ICMS e PIS/COFINS) em R\$61,3 milhões; ii) Redução dos encargos ao consumidor em R\$189,2 milhões principalmente devido aos incentivos da Medida provisória 579/2012.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$1.784,7 milhões no período de doze meses acumulado em 31 de dezembro de 2013, superiores em 8,0% às despesas verificadas no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, aumentaram R\$175,3 milhões em 2013, o que correspondeu a um acréscimo de 37,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo os custos de construção, os quais não tem impacto no resultado, as despesas gerenciáveis totalizam R\$464,1 milhões com variação positiva de 40,6% (R\$134,0 milhões) que se deve principalmente a: i) R\$24,4 milhões devido à baixa decorrente de inventário físico (amortização acelerada) para atendimento à Resolução Aneel nº 367/2009; ii) R\$34,2 milhões com despesas de pessoal em maior parte com remuneração de funcionários e menor capitalização em 2013; iii) R\$50,8 milhões devido a maior ganho na alienação de bens e ajuste de inventário em 2013; iv) R\$20,3 milhões referente à provisão para créditos e liquidações duvidosas/perdas líquidas e provisões para contingências; v) R\$80,9 milhões devido ao impacto positivo em 2012 pelo Valor Novo de Reposição de Ativos de distribuição conforme definido na Medida Provisória nº 579, onde os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição -VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória.

As despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2013 o montante

de R\$1.142,3 milhões, inferiores em 3,6% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. Tal fato é decorrente essencialmente da redução dos valores dos encargos conforme as mudanças regulatórias citadas anteriormente.

O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013 foi R\$66,7 milhões negativos, superiores em R\$29,3 milhões comparado ao resultado financeiro de R\$37,5 milhões negativos de 2012, principalmente pela revisão de premissas do laudo atuarial e menor receita sobre tributos e contribuições.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R\$134,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, inferior em 15,5% ao registrado em igual período do ano anterior.

### INVESTIMENTOS

Foram realizados a título de investimento em 2013 R\$189,8 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R\$3,1 milhões do total.

| Investimento - R\$Mil                   | 2013           | 2012           | Var %     |
|---|----------------|----------------|-----------|
| Expansão do Sistema Elétrico            | 126.347        | 101.377        | 25        |
| Melhoramento da Rede                    | 40.623         | 34.653         | 17        |
| Telecom., Informática e Outros          | 36.675         | 26.927         | 36        |
| <b>Sub Total <sup>(1)</sup></b>         | <b>203.645</b> | <b>162.957</b> | <b>25</b> |
| (-) Obrigações Especiais <sup>(2)</sup> | (13.822)       | (21.325)       | (35)      |
| <b>Investimento Líquido</b>             | <b>189.824</b> | <b>141.633</b> | <b>34</b> |
| Receitas de Ultrapassagem               | (8.389)        | -              | -         |
| <b>Varição do Imobilizado</b>           | <b>181.435</b> | <b>141.633</b> | <b>28</b> |

(1) *Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados*

(2) *Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos*

Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

### ENDIVIDAMENTO

|                                   | Unidade | dez/13  | Saldo dez/12 | Var %  |
|-----------------------------------|---------|---------|--------------|--------|
| Dívida Bruta <sup>(1)</sup>       | R\$mil  | 683.018 | 722.831      | (5,5)  |
| Caixa e equivalentes de caixa     | R\$mil  | 134.680 | 85.502       | 57,5   |
| Dívida Líquida                    | R\$mil  | 548.338 | 637.329      | (14,0) |
| Dívida Líquida/Patrimônio Líquido | (vezes) | 0,80    | 1,04         | (23,1) |

(1) Dívida Bruta= Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures

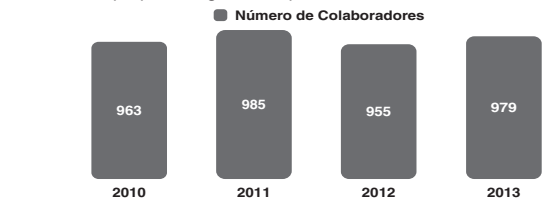
Em 31 de dezembro de 2013, a EDP Escelsa apresentou um endividamento líquido de R\$548,3 milhões, fechando o quarto trimestre do ano de 2013 em 14,0% inferior ao saldo de dezembro de 2012.

A dívida bruta da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$683,0 milhões e é composta da seguinte forma: R\$534,5 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras), R\$83,3 milhões de debêntures e R\$65,2 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás.

### GESTÃO DE PESSOAS

#### Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2013, foi de 979 colaboradores, 5 colaboradores da alta direção em regime estatutário totalizando 984. Adicionalmente contou com a participação de 2 conselheiros, 59 Estagiários e 35 Aprendizes. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.409 perante a 1.395 em 2012.



#### Gestão de Pessoas

Em 2013, 104 novos profissionais integraram o quadro de Colaboradores EDP Escelsa e há ainda o incentivo de preenchimento de vagas por Recrutamento ou aproveitamento interno por colaboradores Grupo EDP no Brasil.

O programa de Acolhimento e Integração conta com um treinamento presencial no primeiro dia de trabalho do novo colaborador, em que além das principais informações sobre Cultura da EDP Escelsa e do Grupo Energias do Brasil, apresenta também o Código de Ética, garantindo que 100% de seu quadro tenha ciência e concorde em seguir suas diretrizes. A estratégia de remuneração é assegurada através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado. Como parte dessa política há também a aplicação de mérito, realizada anualmente. A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

Em 2013 também foi aplicada a Pesquisa de Clima que terá seus resultados apresentados em 2014 e o conceito Open Space aplicado na Unidade Sede.

No ano 952 colaboradores passaram pelo processo de Avaliação de Desempenho e 684 participaram de programas de formação, totalizando 15.240 horas de formação em um total de investimento de R\$1.156 mil. A Escola de Eletricistas, em parceria com o SENAI formou 32 profissionais desempregados da comunidade em que está inserida. Destes, 59,4% foram absorvidos pela própria empresa.

Como parte do planejamento de pessoal e sucessão, a longo prazo a EDP Escelsa conta com o Programa de Estágio On Top, com 44 estagiários ativos e 27% de taxa de Efetivação. A Médio prazo há o programa "Energizing Development Program", em que jovens colaboradores selecionados através de um processo seletivo rigoroso recebem uma formação diferenciada para prepará-los para assumirem rapidamente uma posição de Gestão.

Visando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, o Programa Conciliar é baseado em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura.

#### Gestão da Saúde e Segurança

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

- (i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
- (ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual. No ano de 2013 não tivemos acidentes de trabalho na EDP Escelsa, já as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 2,74 e 1.678 respectivamente. As premissas de cálculo para estes indicadores foi a ABNT/NBR 14.280 Cadastro de acidentados - Procedimento e Classificação.

Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013**

de exames periódicos, check up's (abrangem executivos e carreira y), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, foram realizadas, em 2012, campanhas de vacinação antigripal, combate ao fumo, prevenção a DST, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados à saúde.

**SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL****Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa**

Os Princípios de Desenvolvimento Sustentável e as orientações das Políticas de Inovabilidade e de Responsabilidade Social continuam a nortear a atuação da EDP Escelsa. As iniciativas visaram à criação de valor e o equilíbrio das relações com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais. Em 2013, o projeto InovCity, que integra inovação tecnológica com inovação social teve início nos municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano. Pela sua transversalidade, em longo prazo beneficiará o meio ambiente através dos programas de mobilidade elétrica, iluminação pública com LED, programas de eficiência energética, e a sociedade por meio das iniciativas de melhoria do atendimento ao cliente, medição inteligente e os projetos sociais e educacionais promovidos pelo Instituto EDP.

Em 2013 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R\$709 mil, apoiaram projetos sociais com foco na educação, cultura, esporte e desenvolvimento local e propiciaram o atendimento direto a mais de 6 mil pessoas. Com o programa "EDP Cultura", fomentou-se a inclusão social através da seleção, por meio de edital, de projetos com ênfase na capacitação de jovens e crianças para valorização, resgate e disseminação da cultura local, com o projeto "Animação". Com o Programa "EDP nas Escolas", beneficiou cerca de dois mil alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas, melhorias do ambiente escolar e concursos culturais. Já no âmbito esportivo apoiou o projeto "Vôlei Vida". Outro destaque foi o financiamento do projeto "Bancos Comunitários do Espírito Santo" que, além de fomentar a economia criativa, o empreendedorismo e o desenvolvimento comunitário, possibilitou tornar os bancos comunitários capixabas agentes arrecadadores na comunidade.

O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 1.500 pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Ambiente" e "Parte de Nós Natal".

Esta atuação da EDP Escelsa, que promove a excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para manter o reconhecimento pelo oitavo ano consecutivo do Grupo EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa), atingindo o nível de referência na Dimensão Social.

**Meio Ambiente**

Em 2013, a EDP Escelsa passou pela 1ª e 2ª Auditoria Externa de Manutenção, alcançando, ao fim, um excelente resultado com a manutenção da certificação na norma internacional ISO 14.001. Resultado este que fundamenta, mais uma vez, o primor do sistema de gestão ambiental aplicado às subestações Manguinhos e Goiabeiras e ao Centro Operativo Carapina (COC).

No dia 21 de setembro - Dia da Árvore - ocorreu a distribuição, no COC, de 1000 mudas de árvores nativas entre os colaboradores. Dentre as 1000 mudas, foram distribuídas quatro espécies diferentes: Ipê Rosa, Ipê Amarelo, Paineira Rosa e Pau-Brasil. Em Novembro, foi realizado o Workshop de Meio Ambiente, que teve como objetivo apresentar os impactos legais e ambientais, decorrentes de nossas atividades, bem como ações preventivas e mitigatórias, de acordo com a legislação e convênios vigentes, contando com a presença das áreas de meio ambiente e jurídica, além de colaboradores e prestadores de serviços diretamente ligados ao assunto.

Além disso, mais uma vez a EDP Escelsa patrocinou um dos maiores eventos ambientais do Estado, a Feira do Verde, evento que está em sua XXIV edição e apresenta à sociedade um leque de atividades técnico-educativo-informativo-cultural ligados ao meio ambiente. A participação nesse evento é sempre uma oportunidade de disseminar a gestão de responsabilidade socioambiental, ações de sustentabilidade, proteção ambiental e inovação da EDP no Estado.

Estas iniciativas em conjunto com as demais ações correntes de gestão ambiental das operações, nomeadamente de manutenção das condicionantes das licenças ambientais dos ativos da organização, compreendem gastos e investimentos de natureza ambiental da EDP Escelsa na ordem de R\$3 milhões, no ano de 2013.

**ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA QUALIDADE PERCEBIDA PELO CLIENTE**

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.

Em 2013, na pesquisa ABRADEE, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 85,8%, superior ao obtido em 2012 que foi de 83,3%, observando uma elevação de 10% neste indicador nos últimos três anos. Ainda no ano de 2012, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, oriundo da pesquisa dos Grandes Clientes foi de 87,6%, demonstrando nível de excelência no atendimento a este grupo de clientes.

No intuito de manter uma maior aproximação com os Grandes Clientes e Clientes do Poder Público, visando antecipar suas necessidades e atender demandas, em 2012 foram realizadas 324 visitas aos Poderes Públicos e 353 aos Grandes Clientes.

**PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS**

No decorrer do ano de 2013, a EDP Escelsa foi reconhecida em atividades que desenvolveu, atestando a qualidade de sua gestão empresarial. Destacam-se:

A EDP Escelsa foi reconhecida, pela primeira vez, como finalista do Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), promovido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ). Ainda no que diz respeito à excelência em gestão, a EDP Escelsa conquistou a premiação máxima oferecida pelo Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES, conquista inédita na história deste prêmio.

A EDP Escelsa foi finalista no Prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor) de 2013. O Prêmio é concedido anualmente, desde 2002, para incentivar a melhoria do serviço de distribuição no país.

A EDP Escelsa recebeu a certificação ISO 9001:2008 nos seguintes escopos: Avaliação técnica dos equipamentos de medição e Coleta de dados dos padrões de atendimento comercial. O processo de Tratamento de reclamações comerciais recebeu a declaração de conformidade ISO 10002:2005 e manteve a certificação ISO 9001:2008. Por fim, em 2013, a EDP Escelsa renovou o selo "Empresa Amiga da Criança", promovido pela Fundação Abrinq.

**BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE**

| 1 - Base de Cálculo   | 2013 Valor (Mil reais)   |   |                                | 2012 Valor (Mil reais)   |  |                                 |
|---|--|---|--------------------------------|--|--|---------------------------------|
|   | Valor (mil)  | % sobre FPB                             | % sobre RL                     | Valor (mil)  | % sobre FPB                            | % sobre RL                      |
| Receita líquida (RL)  | 2.027.508  |   |                                | 1.904.705  |  |                                 |
| Resultado operacional (RO)  | 176.094  |   |                                | 214.595  |  |                                 |
| Folha de pagamento bruta (FPB)  | 100.549  |   |                                | 82.836   |  |                                 |
| <b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>   | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre FPB</b>                      | <b>% sobre RL</b>              | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre FPB</b>                     | <b>% sobre RL</b>               |
| Alimentação   | 10.762   | 10,70%                                  | 0,53%                          | 9.860  | 11,90%                                 | 0,52%                           |
| Encargos sociais compulsórios   | 27.069   | 26,92%                                  | 1,34%                          | 19.062   | 23,01%                                 | 1,00%                           |
| Previdência privada   | 4.367  | 4,34%                                   | 0,22%                          | 5.973  | 7,21%                                  | 0,31%                           |
| Saúde   | 19.232   | 19,13%                                  | 0,95%                          | 10.789   | 13,02%                                 | 0,57%                           |
| Segurança e saúde no trabalho   | 20   | 0,02%                                   | 0,00%                          | 55   | 0,07%                                  | 0,00%                           |
| Educação  | 154  | 0,15%                                   | 0,01%                          | 193  | 1,79%                                  | 0,01%                           |
| Cultura   | -  | 0,00%                                   | 0,00%                          | -  | 0,00%                                  | 0,00%                           |
| Capacitação e desenvolvimento profissional  | 1.003  | 1,00%                                   | 0,05%                          | 904  | 1,09%                                  | 0,05%                           |
| Creches ou auxílio-creche   | 306  | 0,30%                                   | 0,02%                          | 195  | 0,24%                                  | 0,01%                           |
| Participação nos lucros ou resultados   | 9.511  | 9,46%                                   | 0,47%                          | 8.185  | 9,88%                                  | 0,43%                           |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV   | -  | 0,00%                                   | 0,00%                          | -  | 0,00%                                  | 0,00%                           |
| Outros  | 1.030  | 1,02%                                   | 0,05%                          | 609  | 0,74%                                  | 0,03%                           |
| <b>Total - Indicadores sociais internos</b>   | <b>73.454</b>  | <b>73,05%</b>                           | <b>3,62%</b>                   | <b>55.825</b>  | <b>68,95%</b>                          | <b>2,93%</b>                    |
| <b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>   | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre RO</b>                       | <b>% sobre RL</b>              | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre RO</b>                      | <b>% sobre RL</b>               |
| Educação  | 162  | 0,09%                                   | 0,01%                          | 214  | 0,10%                                  | 0,01%                           |
| Cultura   | 260  | 0,15%                                   | 0,01%                          | 300  | 0,14%                                  | 0,02%                           |
| Saúde e saneamento  | -  | 0,00%                                   | 0,00%                          | -  | 0,00%                                  | 0,00%                           |
| Esporte   | 70   | 0,04%                                   | 0,00%                          | 77   | 0,04%                                  | 0,00%                           |
| Combate à fome e segurança alimentar  | -  | 0,00%                                   | 0,00%                          | -  | 0,00%                                  | 0,00%                           |
| Outros  | 217  | 0,12%                                   | 0,01%                          | 156  | 0,07%                                  | 0,01%                           |
| <b>Total das contribuições para a sociedade</b>   | <b>709</b>   | <b>0,40%</b>                            | <b>0,03%</b>                   | <b>747</b>   | <b>0,35%</b>                           | <b>0,04%</b>                    |
| Tributos (excluídos encargos sociais)   | 830.017  | 471,35%                                 | 40,94%                         | 1.086.247  | 506,18%                                | 57,03%                          |
| <b>Total - Indicadores sociais externos</b>   | <b>830.726</b>   | <b>471,35%</b>                          | <b>40,94%</b>                  | <b>1.086.994</b>   | <b>506,53%</b>                         | <b>57,07%</b>                   |
| <b>4 - Indicadores Ambientais</b>   | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre RO</b>                       | <b>% sobre RL</b>              | <b>Valor (mil)</b>   | <b>% sobre RO</b>                      | <b>% sobre RL</b>               |
| Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa   | 2.962  | 1,68%                                   | 0,15%                          | 7.970  | 3,71%                                  | 0,4%                            |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos   | -  | 0,00%                                   | 0,00%                          | -  | 0,00%                                  | 0,0%                            |
| <b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>   | <b>2.962</b>   | <b>1,68%</b>                            | <b>0,15%</b>                   | <b>7.970</b>   | <b>3,71%</b>                           | <b>0,4%</b>                     |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa  | ( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% |   |                                | ( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%<br>( ) cumpre de 0 a 50% ( x ) cumpre de 76 a 100% |  |                                 |
| <b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>   | <b>2013</b>  |   |                                | <b>2012</b>  |  |                                 |
| Nº de empregados(as) ao final do período  | 984  |   |                                | 957  |  |                                 |
| Nº de admissões durante o período   | 104  |   |                                | 75   |  |                                 |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as)  | 2.930  |   |                                | 2459   |  |                                 |
| Nº de estagiários(as)   | 59   |   |                                | 53   |  |                                 |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos   | 426  |   |                                | 422  |  |                                 |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa   | 240  |   |                                | 228  |  |                                 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres   | 11,40%   |   |                                | 11%  |  |                                 |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1)   | 388  |   |                                | 213  |  |                                 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)   | 9,09%  |   |                                | 3%   |  |                                 |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais   | 34   |   |                                | 32   |  |                                 |
| <b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>  | <b>2013</b>  |   |                                | <b>Meta 2014</b>   |  |                                 |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2)  | 19,29  |   |                                | 26,36  |  |                                 |
| Número total de acidentes de trabalho (3)   | 16   |   |                                | -  |  |                                 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:  | ( ) direção  | ( x ) direção e gerências               | ( ) todos(as) empregados(as)   | ( ) direção  | ( x ) direção e gerências              | ( ) todos(as) empregados(as)    |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:  | ( x ) direção e gerências  | ( ) todos(as) empregados(as)            | ( ) todos(as) + Cipa           | ( x ) direção e gerências  | ( ) todos(as) empregados(as)           | ( ) todos(as) + Cipa            |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:  | ( ) não se envolve   | ( x ) segue as normas da OIT            | ( ) incentiva e segue a OIT    | ( ) não se envolverá   | ( x ) seguirá as normas da OIT         | ( ) incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla:  | ( ) direção  | ( ) direção e gerências                 | ( x ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção  | ( ) direção e gerências                | ( x ) todos(as) empregados(as)  |
| A participação dos lucros ou resultados contempla:  | ( ) direção  | ( ) direção e gerências                 | ( x ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção  | ( ) direção e gerências                | ( x ) todos(as) empregados(as)  |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:   | ( ) não são considerados   | ( ) são sugeridos                       | ( x ) são exigidos             | ( ) não serão considerados   | ( ) serão sugeridos                    | ( x ) serão exigidos            |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:   | ( ) não se envolve   | ( ) apóia                               | ( x ) organiza e incentiva     | ( ) não se envolverá   | ( ) apoiará                            | ( x ) organizará e incentivará  |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)   | 36.789   | 2.477                                   | 2.600                          | 34.950   | 2.353                                  | 2.470                           |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:  | 99,64%   | 100%                                    | 63%                            | 96%  | 100%                                   | 42%                             |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):   | <b>1.223.364</b>   |   |                                | <b>1.454.283</b>   |  |                                 |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA):   | 70 % governo<br>3 % acionistas   | 9 % colaboradores(as)<br>10 % terceiros | 8 % retido                     | 77 % governo<br>3 % acionistas   | 6 % colaboradores(as)<br>7 % terceiros | 7 % retido                      |
| <b>7 - Outras Informações</b>   |  |   |                                |  |  |                                 |
| (1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa. (2) Não foram considerados os Conselheiros por não comporem o headcount do Grupo. (3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. Informações não auditadas. |  |   |                                |  |  |                                 |



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013****AUDITORES INDEPENDENTES**

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2013, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2013.

Durante o processo de contratação da PwC, a Companhia considerou a natureza dos serviços não relacionados a auditoria que a PwC e suas firmas afiliadas já estavam prestando à Companhia. Estes serviços incluíam um contrato de prestação de serviços relacionados à folha de pagamento no montante de R\$887 mil, originalmente contratado em 1º de novembro de 2012. A Companhia e a PwC decidiram encerrar este contrato assim que praticável, e os serviços foram concluídos em 24 setembro de 2013. Enquanto o contrato estava em fase de descontinuação, a Companhia e a PwC adotaram medidas específicas de salvaguarda para

reduzir as ameaças à independência, nos termos previstos na Resolução CFC nº 1.311/10, que aprova a NBC PA 290 - Independência - Trabalhos de Auditoria e Revisão. Estas medidas incluíram a segregação entre a equipe de prestação de serviços de folha de pagamento e a equipe de prestação de serviços de auditoria externa, e a contratação, por parte da administração do Grupo EDP, de outra empresa de auditoria independente para aplicar procedimentos de auditoria sobre a folha de pagamento no período em que a mesma foi processada pela afiliada da PwC. No entendimento da administração, as medidas de salvaguarda adotadas foram adequadas para preservar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Também, em 2013, a PwC prestou serviços de procedimentos previamente acordados no âmbito do programa Luz Para Todos, para atendimento ao Órgão Regulador. Esses trabalhos e os trabalhos acima referidos foram concluídos dentro do exercício de 2013 e somaram o valor de R\$946 mil.

Estes serviços superaram do valor do contrato de auditoria em 147%.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

|  | Nota | 31/12/2013       | 31/12/2012       | 01/01/2012       |
|--|------|------------------|------------------|------------------|
|  |      |                  | Reclassificado   | Reclassificado   |
| <b>ATIVO</b>                                     |      |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                |      |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 4    | 134.680          | 85.502           | 105.726          |
| Consumidores e concessionárias                   | 5    | 334.553          | 437.189          | 338.851          |
| Impostos e contribuições sociais                 | 6    | 41.319           | 24.826           | 29.811           |
| Estoque  | 9    | 4.789            | 15.288           | 14.239           |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 10   | 1.054            | 135              | 4                |
| Despesas pagas antecipadamente                   |      | 65               | 87               | 877              |
| Outros créditos                                  | 11   | 44.782           | 61.408           | 11.345           |
|  |      | <b>561.242</b>   | <b>624.435</b>   | <b>500.853</b>   |
| <b>Não circulante</b>                            |      |                  |                  |                  |
| Ativo financeiro indenizável                     | 12   | 504.596          | 451.444          | 274.735          |
| Consumidores e concessionárias                   | 5    | 13.177           | 8.931            | 10.714           |
| Impostos e contribuições sociais                 | 6    | 11.968           | 8.942            | 8.722            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7    | 258.992          | 255.692          | 236.300          |
| Partes relacionadas                              | 8    | 139              | 777              | 20               |
| Cauções e depósitos vinculados                   | 10   | 100.720          | 99.392           | 103.569          |
| Outros Créditos                                  | 11   | 14.471           | 7.286            | 1.145            |
|  |      | <b>904.063</b>   | <b>832.464</b>   | <b>635.205</b>   |
| Propriedades para investimentos                  | 13   | 1.040            | 1.074            | 1.133            |
| Imobilizado                                      | 14   | 85               | 85               | 273              |
| Intangível                                       | 15   | 905.709          | 918.124          | 994.121          |
|  |      | <b>906.834</b>   | <b>919.283</b>   | <b>995.527</b>   |
| <b>Total do ativo</b>                            |      | <b>2.372.139</b> | <b>2.376.182</b> | <b>2.131.585</b> |

|   | Nota | 31/12/2013       | 31/12/2012       | 01/01/2012       |
|---|------|------------------|------------------|------------------|
|   |      |                  | Reclassificado   | Reclassificado   |
| <b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>               |      |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                 |      |                  |                  |                  |
| Fornecedores                                      | 16   | 279.435          | 306.320          | 226.598          |
| Impostos e contribuições sociais                  | 6    | 69.715           | 67.105           | 62.371           |
| Dividendos  | 23.2 | 34.764           | 38.099           | 38.066           |
| Debêntures  | 17   | 83.305           | 83.189           | 83.098           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 18   | 218.130          | 66.216           | 62.888           |
| Benefícios pós-emprego                            | 19   | 24.202           | 19.269           | 11.598           |
| Obrigações estimadas com pessoal                  | 20   | 20.755           | 18.913           | 18.440           |
| Encargos regulamentares e setoriais               | 21   | 42.722           | 50.070           | 69.117           |
| Provisões   | 22   | 1.295            | 1.337            | 3.681            |
| Outras contas a pagar                             | 11   | 24.813           | 80.508           | 26.450           |
|   |      | <b>799.136</b>   | <b>731.026</b>   | <b>602.307</b>   |
| <b>Não Circulante</b>                             |      |                  |                  |                  |
| Impostos e contribuições sociais                  | 6    | 27.890           | 30.098           | 34.533           |
| Debêntures  | 17   |                  | 83.305           | 166.494          |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 18   | 381.583          | 490.121          | 390.964          |
| Benefícios pós-emprego                            | 19   | 416.473          | 365.819          | 205.012          |
| Partes relacionadas                               | 8    | 510              | 3.044            | 820              |
| Encargos regulamentares e setoriais               | 21   | 4.384            | 7.727            | 5.359            |
| Provisões   | 22   | 54.841           | 50.131           | 34.923           |
| Outras contas a pagar                             | 11   | 131              | 446              | 762              |
|   |      | <b>885.812</b>   | <b>1.030.691</b> | <b>838.867</b>   |
| <b>Patrimônio líquido</b>                         |      |                  |                  |                  |
| Capital social                                    | 23.1 | 376.022          | 376.022          | 376.022          |
| Reservas de capital                               | 23.3 | 101.035          | 101.035          | 101.035          |
| Reservas de lucros                                | 23.3 | 439.253          | 362.799          | 332.449          |
| Outros resultados abrangentes                     | 23.3 | (229.119)        | (208.735)        | (100.726)        |
| Prejuízos acumulados                              |      |                  | (16.656)         | (18.369)         |
|   |      | <b>687.191</b>   | <b>614.465</b>   | <b>690.411</b>   |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>      |      | <b>2.372.139</b> | <b>2.376.182</b> | <b>2.131.585</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

|   | Nota | 2013               | 2012               |
|---|------|--------------------|--------------------|
|   |      |                    | Reclassificado     |
| <b>Receitas</b>   | 24   | <b>2.027.508</b>   | <b>1.904.705</b>   |
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>               |      |                    |                    |
| <b>Custo com energia elétrica</b>                         |      |                    |                    |
| Energia elétrica comprada para revenda                    |      | (1.051.212)        | (1.002.052)        |
| Encargos de uso da rede elétrica                          |      | (87.063)           | (179.188)          |
|   | 25   | <b>(1.138.275)</b> | <b>(1.181.240)</b> |
| <b>Custo de operação</b>                                  |      |                    |                    |
| Pessoal   |      | (85.397)           | (71.035)           |
| Materiais e serviços de terceiros                         |      | (106.601)          | (104.411)          |
| Depreciações e amortizações                               |      | (121.833)          | (97.928)           |
| Outros custos de operação                                 |      | (10.186)           | (1.578)            |
|   | 25   | <b>(324.017)</b>   | <b>(274.952)</b>   |
|   |      | <b>(1.462.292)</b> | <b>(1.456.192)</b> |
| <b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>              | 25   | <b>(180.848)</b>   | <b>(139.904)</b>   |
| <b>Lucro bruto</b>  |      | <b>384.368</b>     | <b>308.609</b>     |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   |      |                    |                    |
| Despesas com vendas                                       |      | (26.682)           | (21.526)           |
| Despesas gerais e administrativas                         |      | (115.243)          | (76.021)           |
| Depreciações e amortizações                               |      | (661)              | (203)              |
| Outras despesas e receitas operacionais                   |      | 1.057              | 41.213             |
|   | 25   | <b>(141.529)</b>   | <b>(56.537)</b>    |
| <b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b> |      | <b>242.839</b>     | <b>252.072</b>     |
| Receitas financeiras                                      |      | 54.152             | 65.987             |
| Despesas financeiras                                      |      | (120.897)          | (103.464)          |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 26   | <b>(66.745)</b>    | <b>(37.477)</b>    |
| <b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>         |      | <b>176.094</b>     | <b>214.595</b>     |
| Imposto de renda e contribuição social correntes          |      | (34.884)           | (19.681)           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |      | (7.201)            | (36.248)           |
|   | 27   | <b>(42.085)</b>    | <b>(55.929)</b>    |
|   |      | <b>134.009</b>     | <b>158.666</b>     |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                     | 28   |                    |                    |
| <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>       |      |                    |                    |
| Resultado básico por ação (Reais / ação)                  |      |                    |                    |
| ON  |      | 22,80611           | 27,00233           |
| Resultado diluído por ação (Reais / ação)                 |      |                    |                    |
| ON  |      | 22,80611           | 27,00233           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

|   | 2013               | 2012               |
|---|--------------------|--------------------|
|   |                    | Reclassificado     |
| <b>Geração do valor adicionado</b>                              | <b>2.962.179</b>   | <b>3.129.740</b>   |
| Receita operacional   | 2.755.503          | 2.924.910          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas | (26.682)           | (19.870)           |
| Receita de construção   | 178.334            | 136.990            |
| Outras receitas   | 55.024             | 87.710             |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                      | <b>(1.667.706)</b> | <b>(1.640.739)</b> |
| Custos da energia comprada                                      | (1.148.098)        | (1.099.634)        |
| Encargos de uso da rede elétrica                                | (95.715)           | (196.777)          |
| Materiais   | (14.896)           | (10.019)           |
| Serviços de terceiros   | (145.295)          | (140.200)          |
| Custo com construção da infraestrutura                          | (178.334)          | (136.990)          |
| Outros custos operacionais                                      | (85.368)           | (57.119)           |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                                   | <b>1.294.473</b>   | <b>1.489.001</b>   |
| <b>Retenções</b>  |                    |                    |
| Depreciações e amortizações                                     | (125.261)          | (100.705)          |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>                       | <b>1.169.212</b>   | <b>1.388.296</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>               |                    |                    |
| Receitas financeiras  | 54.152             | 65.987             |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                      | <b>1.223.364</b>   | <b>1.454.283</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                         |                    |                    |
| Pessoal   |                    |                    |
| Remuneração direta  | 76.080             | 57.242             |
| Benefícios  | 31.394             | 24.307             |
| FGTS  | 7.648              | 9.664              |
| Impostos, taxas e contribuições                                 |                    |                    |
| Federais  | 256.623            | 451.870            |
| Estaduais   | 590.847            | 641.916            |
| Municipais  | 1.511              | 1.174              |
| Remuneração de capitais de terceiros                            |                    |                    |
| Juros   | 123.997            | 108.107            |
| Aluguéis  | 1.255              | 1.337              |
| Remuneração de capital próprio                                  |                    |                    |
| Juros sobre capital próprio                                     | 40.899             | 44.821             |
|   | <b>1.130.254</b>   | <b>1.340.438</b>   |
| Lucros retidos  | 93.110             | 113.845            |
|   | <b>1.223.364</b>   | <b>1.454.283</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

|  | 2013           | 2012           |
|--|----------------|----------------|
|  |                | Reclassificado |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                | 134.009        | 158.666        |
| Outros resultados abrangentes                        |                |                |
| Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego | (30.885)       | (163.650)      |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos     | 10.501         | 55.641         |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>             | <b>113.625</b> | <b>50.657</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

|   | 2013           | 2012           |
|---|----------------|----------------|
|   |                | Reclassificado |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>   |                |                |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                                  | 176.094        | 214.595        |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais               |                |                |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas                           | 26.682         | 19.870         |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável   | 2.992          | (77.905)       |
| Depreciações e amortizações   | 122.494        | 98.131         |
| Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos   | (49.994)       | 2.724          |
| Fornecedores - atualização monetária - Energia livre                                      | 2.617          | 2.504          |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 54.371         | 52.607         |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego   | 43.621         | 24.026         |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas            | 41.076         | 26.791         |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária                                |                | 7              |
| Ajuste a valor presente   | 1.343          | (352)          |
| Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária                    | 13.114         | 12.835         |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária                         | (2.527)        | (4.163)        |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária                                  | 1.353          | 2.597          |
| Outros  | 10.131         | (1.087)        |
|   | <b>443.367</b> | <b>373.180</b> |

**(Aumento) diminuição de ativos operacionais**

|   |               |                  |
|---|---------------|------------------|
| Consumidores e concessionárias                | 71.454        | (116.073)        |
| Impostos e contribuições sociais compensáveis | 43.763        | 2.065            |
| Estoques                                      | 368           | 38               |
| Cauções e depósitos vinculados                | 280           | 8.209            |
| Despesas pagas antecipadamente                | 22            | 790              |
| Outros ativos operacionais                    | (27.433)      | (26.216)         |
|   | <b>88.454</b> | <b>(131.187)</b> |

**Aumento (diminuição) de passivos operacionais**

|   |                  |               |
|---|------------------|---------------|
| Fornecedores                            | (29.502)         | 77.218        |
| Outros tributos e contribuições sociais | (40.617)         | 2.878         |
| Benefícios pós-emprego                  | (18.919)         | (19.198)      |
| Obrigações estimadas com pessoal        | 1.842            | 473           |
| Encargos regulamentares e setoriais     | (23.805)         | (10.952)      |
| Provisões                               | (36.408)         | (13.934)      |
| Outros passivos operacionais            | (2.012)          | 571           |
|   | <b>(149.421)</b> | <b>37.056</b> |

**Caixa proveniente das atividades de operacionais**

|   |                |                |
|---|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social pagos                    | (61.868)       | (26.306)       |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades de operacionais</b> | <b>320.532</b> | <b>252.743</b> |

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

|  |                  |                  |
|--|------------------|------------------|
| Alienação (adição) de investimento                           | 34               | 59               |
| Adições ao Imobilizado e Intangível                          | (178.334)        | (136.990)        |
| Alienação de bens e direitos                                 | 50.180           | 26.503           |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b> | <b>(128.120)</b> | <b>(110.428)</b> |

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

|  |                  |                  |
|--|------------------|------------------|
| Partes relacionadas  | (1.896)          | 1.467            |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos                     | (38.099)         | (119.846)        |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures                 | 95.751           | 148.916          |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures | (169.306)        | (152.638)        |
| Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos             | (29.684)         | (40.438)         |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>       | <b>(143.234)</b> | <b>(162.539)</b> |
| <b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>    | <b>49.178</b>    | <b>(20.224)</b>  |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                  | 134.680          | 85.502           |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                 | 85.502           | 105.726          |
|  | <b>49.178</b>    | <b>(20.224)</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

| (Em milhares de reais)                                   | Capital social        | Reservas de capital        | Reservas de lucros        | Outros resultados abrangentes        | Lucros (Prejuízos) acumulados        | Total          |
|--|-----------------------|----------------------------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>                  | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>231.723</b>            | <b>-</b>                             | <b>-</b>                             | <b>708.780</b> |
| Ajuste de exercícios anteriores                          |                       |                            | 100.726                   | (100.726)                            | (18.369)                             | (18.369)       |
| <b>Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reclassificado)</b>  | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>332.449</b>            | <b>(100.726)</b>                     | <b>(18.369)</b>                      | <b>690.411</b> |
| Reversão de reserva de lucros - AGE de 19/12/2012        |                       |                            | (30.000)                  |                                      |                                      | (30.000)       |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012         |                       |                            | (51.781)                  |                                      |                                      | (51.781)       |
| Lucro líquido do exercício                               |                       |                            |                           |                                      | 158.665                              | 158.665        |
| Destinação do lucro                                      |                       |                            |                           |                                      |                                      | -              |
| Constituição de reserva legal                            |                       |                            | 7.848                     |                                      | (7.848)                              | -              |
| Dividendos intermediários (JSCP)                         |                       |                            |                           |                                      | (44.821)                             | (44.821)       |
| Reserva de retenção de lucros                            |                       |                            | 102.383                   |                                      | (102.383)                            | -              |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE                     |                       |                            | 1.900                     |                                      | (1.900)                              | -              |
| Outros resultados abrangentes                            |                       |                            |                           |                                      |                                      | -              |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego       |                       |                            |                           | (163.650)                            |                                      | (163.650)      |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos         |                       |                            |                           | 55.641                               |                                      | 55.641         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>                  | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>362.799</b>            | <b>(208.735)</b>                     | <b>(16.656)</b>                      | <b>614.465</b> |
|  | <u>Capital social</u> | <u>Reservas de capital</u> | <u>Reservas de lucros</u> | <u>Outros resultados abrangentes</u> | <u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u> | <u>Total</u>   |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>                  | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>154.064</b>            | <b>-</b>                             | <b>-</b>                             | <b>631.121</b> |
| Ajuste de exercícios anteriores                          |                       |                            | 208.735                   | (208.735)                            | (16.656)                             | (16.656)       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)</b> | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>362.799</b>            | <b>(208.735)</b>                     | <b>(16.656)</b>                      | <b>614.465</b> |
| Lucro líquido do exercício                               |                       |                            |                           |                                      | 134.009                              | 134.009        |
| Destinação do lucro                                      |                       |                            |                           |                                      |                                      | -              |
| Constituição de reserva legal                            |                       |                            | 5.659                     |                                      | (5.659)                              | -              |
| Dividendos intermediários (JSCP)                         |                       |                            |                           |                                      | (40.899)                             | (40.899)       |
| Dividendo adicional proposto                             |                       |                            | 67.794                    |                                      | (67.794)                             | -              |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE                     |                       |                            | 3.001                     |                                      | (3.001)                              | -              |
| Outros resultados abrangentes                            |                       |                            |                           |                                      |                                      | -              |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego       |                       |                            |                           | (30.885)                             |                                      | (30.885)       |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos         |                       |                            |                           | 10.501                               |                                      | 10.501         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>                  | <b>376.022</b>        | <b>101.035</b>             | <b>439.253</b>            | <b>(229.119)</b>                     | <b>-</b>                             | <b>687.191</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**  
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou EDP Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória - ES. Detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que, dentro dos 41.241 km² da área de concessão, a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.  
As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:  
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.  
Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

**2 Base de preparação e Práticas contábeis**

**2.1 Base de preparação**  
**2.1.1 Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.  
A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

**2.1.2 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.  
**2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.2 Resumo das principais práticas contábeis**  
As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.  
**a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.  
**b) Contas a receber**  
• **Consumidores e concessionárias (Nota 5)**  
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:  
(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; e  
(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1).  
O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 26).  
Na Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias; comercial há mais de 180 dias; e demais classes há mais de 360 dias.  
Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• **Ativo financeiro indenizável (Nota 12)**  
A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IGP-M sobre o valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.  
**c) Estoques (Nota 9)**  
Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.  
**d) Propriedades para investimentos (Nota 13)**  
Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufera uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.  
**e) Imobilizado (Nota 14)**  
São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

**f) Intangível (Nota 15)**  
O intangível compreende:  
• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada até o prazo remanescente da concessão.  
• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme

determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.  
Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

**g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão**  
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.  
A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**h) Redução ao valor recuperável**  
**Ativo financeiro**  
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.  
**Ativo não financeiro**  
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.  
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.  
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

**i) Demais ativos circulante e não circulante**  
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.  
**j) Fornecedores (Nota 16)**  
Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.  
**k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)**  
Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.  
As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.  
**l) Provisões (Nota 22)**  
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.  
**m) Demais passivos circulante e não circulante**  
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.  
**n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 27)**  
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.  
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.  
O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.  
As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.  
A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/10, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.  
Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.  
Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

**o) Benefícios pós-emprego (Nota 19)**  
A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.  
Os valores são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) nos termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2013.  
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.  
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.  
**p) Capital social (Nota 23.1)**  
Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**q) Dividendos (Nota 23.2)**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**r) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:  
 (i) A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;  
 (ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;  
 (iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (notas 24 e 25);  
 (iv) As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida; e  
 (v) As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável.

**s) Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Receita de fornecimento não faturado (nota 2.2 item r); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota 2.2 item n); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item u); Provisões civis, fiscais e trabalhistas (nota 2.2 item l); e Planos de benefícios pós-emprego (nota 2.2 item o).

**t) Resultado por ação (Nota 28)**

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e o Resultado por ação diluído.

**u) Instrumentos financeiros (Nota 29)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis
- São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- Instrumentos disponíveis para venda
- São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. O Ativo financeiro indenizável da Companhia é classificado como disponível para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme descrito na nota 2.2 item b, que equivale ao valor justo, calculado conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Os efeitos desta mensuração são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, pelo método da taxa efetiva de juros.
- Instrumentos financeiros derivativos
- Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subseqüentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.

**v) Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**w) Contratos de concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11. A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável. De acordo com a ICPC 01 (R1), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual esta registrado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR.

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau

de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado  
 Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários. Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; então, aplica-se o modelo bifurcado. A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

**x) Contratos de arrendamento**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

**2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS e IFRIC novas e revisadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia**

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

**IFRIC 21 - Impostos**

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

**IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros**

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

**IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros**

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - ‘Justo valor: mensuração e divulgação’, que vêm a ser corrigidas através desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

**IAS 39 - Instrumentos financeiros - Novação de derivados e contabilidade de cobertura**

Em 28 de junho de 2013 o IASB emitiu uma emenda ao IAS 39 - ‘Instrumentos financeiros derivados’, a qual introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura dos instrumentos financeiros derivado, quando se verificar alteração da contraparte do contrato por requisito legal e desde que estejam cumpridas determinadas condições.

Esta alteração é introduzida para dar resposta às novas regras de contratação de instrumentos financeiros derivados, que passam a obrigar a sua negociação através de Câmaras de compensação. Esta situação resultará na novação das posições contratuais para os contratos em vigor que, sem a isenção introduzida, obrigaria ao registro da descontinuação de grande parte das relações de cobertura registradas.

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

**2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**

**CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)**

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos quanto: (i) a eliminação da utilização do “método do corredor” passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações financeiras em Outros Resultados Abrangentes, (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010); (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados; e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados. Os impactos estão demonstrados na nota 2.4.

**CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

**2.4 Reclassificações dos exercícios anteriores**

Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPCs: CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e, conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao exercício apresentado comparativamente mais antigo. Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012.

**2.4.1 Balanço Patrimonial**

- Os ajustes e reclassificações estão apresentados a seguir:  
 (i) CPC 26 (R1) - Apresentação líquida das obrigações relativos aos programas de P&D e PEE, deduzidos dos serviços em curso, relacionados aos referidos programas;  
 (ii) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados dos benefícios pós-emprego que, anteriormente, eram diferidos pelo prazo médio da realização do benefício;  
 (iii) CPC 33 (R1) - Reclassificação dos ganhos e perdas atuariais da rubrica Reservas de lucros para Outros resultados abrangentes;  
 (iv) CPC 32 - Apresentação líquida do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro;  
 (v) Reclassificação para a apresentação líquida dos demais tributos (ICMS, PIS e COFINS) não abrangidos pelo CPC 32.

| 01/01/2012                                       |   |  |  |                                |                  |                  |
|--|---|--|--|--------------------------------|------------------|------------------|
| Publicado  | CPC 26 - Apresentação Líq. dos Serviços em curso de P&D | CPC 33 - Reconhecimento dos Custos dos Serviços Passados | CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas de Atuariais | CPC 32 - Tributo sobre o Lucro | Reclassificações | Saldo ajustado   |
| <b>Ativo Circulante</b>                          |   |  |  |                                |                  |                  |
| Impostos e contribuições sociais                 | 72.367  |  |  |                                | (18.766)         | 29.811           |
| Outros créditos                                  | 56.008  | (44.663)   |  |                                | (23.790)         | 11.345           |
| <b>Não circulante</b>                            |   |  |  |                                |                  |                  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 226.836   |  | 9.464  |                                |                  | 236.300          |
| <b>Total do ativo</b>                            | <b>2.209.340</b>  | <b>(44.663)</b>  | <b>9.464</b>   | -                              | <b>(18.766)</b>  | <b>2.131.585</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                        |   |  |  |                                |                  |                  |
| Impostos e contribuições sociais                 | 104.927   |  |  |                                | (18.766)         | 62.371           |
| Encargos regulamentares e setoriais              | 113.780   | (44.663)   |  |                                | (23.790)         | 69.117           |
| <b>Não circulante</b>                            |   |  |  |                                |                  |                  |
| Benefícios pós-emprego                           | 177.179   |  | 27.833   |                                |                  | 205.012          |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                        |   |  |  |                                |                  |                  |
| Reservas de lucros                               | 231.723   |  |  | 100.726                        |                  | 332.449          |
| Outros resultados abrangentes                    |   |  |  | (100.726)                      |                  | (100.726)        |
| Lucros acumulados                                |   |  | (18.369)   |                                |                  | (18.369)         |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>     | <b>2.209.340</b>  | <b>(44.663)</b>  | <b>9.464</b>   | -                              | <b>(18.766)</b>  | <b>2.131.585</b> |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

|  |                  |   | 31/12/2012   |  |                                |                  |                  |
|--|------------------|---|--|--|--------------------------------|------------------|------------------|
|  | Publicado        | CPC 26 - Apresentação Liq. dos Serviços em curso de P&D | CPC 33 - Reconhecimento dos Custos dos Serviços Passados | CPC 33 - Reclassificação de Ganhos e perdas de Atuariais | CPC 32 - Tributo sobre o Lucro | Reclassificações | Saldo ajustado   |
| <b>Ativo Circulante</b>                          |                  |   |  |  |                                |                  |                  |
| Impostos e contribuições sociais                 | 77.622           |   |  |  |                                | (19.954)         | 24.826           |
| Outros créditos                                  | 102.534          | (41.126)  |  |  |                                | (32.842)         | 61.408           |
| <b>Não circulante</b>                            |                  |   |  |  |                                |                  |                  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 247.111          |   | 8.581  |  |                                |                  | 255.692          |
| <b>Total do ativo</b>                            | <b>2.461.523</b> | <b>(41.126)</b>   | <b>8.581</b>   | -  | <b>(19.954)</b>                | <b>(32.842)</b>  | <b>2.376.182</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                        |                  |   |  |  |                                |                  |                  |
| Impostos e contribuições sociais                 | 119.901          |   |  |  |                                | (19.954)         | 67.105           |
| Encargos regulamentos e setoriais                | 91.196           | (41.126)  |  |  |                                | (32.842)         | 50.070           |
| <b>Não circulante</b>                            |                  |   |  |  |                                |                  |                  |
| Benefícios pós-emprego                           | 340.582          |   | 25.237   |  |                                |                  | 365.819          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                        |                  |   |  |  |                                |                  |                  |
| Reservas de lucros                               | 154.064          |   |  | 208.735  |                                |                  | 362.799          |
| Outros resultados abrangentes                    |                  |   |  | (208.735)  |                                |                  | (208.735)        |
| Lucros acumulados                                |                  |   | (16.656)   |  |                                |                  | (16.656)         |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>     | <b>2.461.523</b> | <b>(41.126)</b>   | <b>8.581</b>   | -  | <b>(19.954)</b>                | <b>(32.842)</b>  | <b>2.376.182</b> |

Todas as empresas de Transmissão, elegíveis, aderiram às condições colocadas para a antecipação da renovação das concessões, o que, todavia, não foi o caso das empresas de Geração, fazendo com que parte significativa da energia envolvida não pudesse ser utilizada para o sistema de cotas. Deste fato decorreu a necessidade de se rever as fontes de recursos que permitiriam o atingimento da meta de redução do valor das contas de energia elétrica.

A edição da Medida Provisória nº 605 em 23 de janeiro de 2013, aumentou o escopo para utilização dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, provendo recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas e compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica. Por meio do Decreto nº 7.891/13, os descontos tarifários para as tarifas social baixa renda, atividade rural, tratamento de água, esgoto e saneamento e irrigantes, puderam deixar de ser custeadas por meio das tarifas dos demais consumidores, permitindo desta forma que a redução prometida pudesse ser atingida.

Mensalmente a ANEEL passou a homologar o montante de recursos da CDE repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás a cada distribuidora, para custear os descontos acima mencionados. Para definição dos valores mensais repassados durante o ano de 2013, a ANEEL utilizou o mercado considerado no último processo tarifário e a diferença entre as tarifas com e sem o desconto. A partir de 2014 será definida pela ANEEL metodologia para o repasse dos recursos, considerando as diferenças entre os valores previstos e os realizados.

Em 24 de janeiro de 2013, por meio da Resolução Homologatória nº 1.442, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de: compra de energia, de transmissão e dos encargos setoriais. Uma vez reduzidos os custos não gerenciáveis pela empresa, as tarifas de fornecimento foram reduzidas, sem que isso viesse a representar qualquer impacto na margem das distribuidoras.

Estes efeitos passaram a ser percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. Em síntese, as principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

i) Redução dos custos da compra de energia advindo da alocação de cotas de energia das geradoras com concessões renovadas;

ii) Redução dos custos de transmissão de energia;

iii) Redução dos encargos setoriais; e

iv) Retirada dos subsídios cruzados da estrutura da tarifa.

Por decisão do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE decorrente das condições hidrológicas desfavoráveis verificadas no ano de 2012 e nos primeiros meses de 2013, o Operador Nacional de Sistema - ONS, passou a acionar a geração térmica disponível, como forma de preservar o nível dos reservatórios das geradoras hidroelétricas. Por se tratar de uma fonte mais cara e para a qual não há cobertura tarifária, as concessionárias de distribuição passaram a acumular um saldo na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA a ser repassado nos processos tarifários subsequentes.

Com intuito de evitar o repasse destes custos ao consumidor, em 7 de março de 2013 foi alterado o Decreto nº 7.891 que no §4º do artigo 4-A determinou que a ANEEL homologue os montantes de recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás para cobrir: (i) mensalmente, a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e (ii) nos processos tarifários realizados nos doze meses subsequentes à data de 8 de março de 2013, valor total ou parcialmente, do resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, decorrentes do custo de aquisição de energia elétrica e das despesas decorrentes do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética.

Em 2 de abril de 2013 foi divulgada a Nota Técnica nº 83, de emissão da Superintendência de Regulação Econômica da ANEEL, que apresentou o cálculo dos valores para repasse da Eletrobrás à CCEE tendo como fonte de recurso a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

O cálculo incluiu o repasse para cobrir os seguintes custos contabilizados pela CCEE:

i) exposição ao risco hidrológico dos contratos de cota de garantia física;

ii) encargo de serviços de sistema corrente relativo ao acionamento de usinas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE;

iii) exposição involuntária relativa à não adesão ao regime de cotas por parte de algumas hidrelétricas, em conjunto com a não realização de leilão para recontração do montante de reposição do ano de 2013.

Após a realização de Audiência Pública, a ANEEL publicou em 7 de maio de 2013 a Resolução Normativa ANEEL nº 549 regulamentando o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, nos termos do Decreto nº 7.891 e convalidou os atos da agência praticados até aquela data.

A Resolução Normativa nº 549/13 em seu artigo 2º tratou especificamente da forma de repasse do saldo positivo relativos à compra de energia e ao ESS, objeto da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MF nº 25, de 24 de janeiro de 2002. Ademais, disciplinou o regulamento que a ANEEL publicará em cada processo tarifário ordinário a ocorrer até 7 de março de 2014, o valor dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE repassados pela Eletrobrás às concessionárias de distribuição de energia elétrica para cobertura desses custos.

Tal repasse será devido nos casos em que ao menos um dos seguintes critérios seja verificado:

i) efeito tarifário médio do processo tarifário da distribuidora for superior a três por cento, na revisão tarifária, e oito por cento, no reajuste tarifário;

ii) saldo da CVA de compra de energia e ESS superior a dois por cento da receita econômica da distribuidora definida no processo tarifário.

O repasse poderá ser parcial caso os saldos positivos da CVA de compra de energia e de ESS sejam maiores que o montante necessário para atingir os limites definidos.

O valor será calculado considerando os saldos da CVA de compra de energia e ESS contabilizados até o 5º dia útil anterior ao reajuste ou revisão tarifária e o repasse dos recursos da CDE à distribuidora se dará em parcela única, até o 10º dia útil a contar da publicação da Resolução Homologatória do respectivo processo tarifário.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.576 de 30 de julho de 2013, homologou o resultado da 6ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia, e anuiu o montante de R\$90.670, ressarcidos pela Eletrobrás em setembro de 2013.

**3.3 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13**

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

|                                     | 31/12/2013     | 31/12/2012    |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| Bancos conta movimento              | 49.068         | 55.145        |
| Aplicações financeiras - renda fixa | 85.612         | 30.357        |
| <b>Total</b>                        | <b>134.680</b> | <b>85.502</b> |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 93,0% e 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.3.

**2.4.2 Demonstração do resultado**

Os ajustes e reclassificações estão apresentados a seguir:

(i) Reclassificação dos gastos operacionais não gerenciáveis relativos ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS, da rubrica de Encargos de uso da rede elétrica para a rubrica de Energia elétrica comprada para revenda, líquido dos respectivos créditos de PIS e COFINS, conforme Despacho ANEEL nº 3.262, de 27 de setembro de 2013;

(ii) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados dos benefícios pós-emprego que, anteriormente, eram diferidos pelo prazo médio da realização do benefício.

| 2012  |                |                   |  |                |
|---|----------------|-------------------|--|----------------|
|   | Publicado      | Despacho 3.262/13 | CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados | Saldo ajustado |
| <b>Custo com energia elétrica</b>                         |                |                   |  |                |
| Energia elétrica comprada para revenda                    | (951.007)      | (51.045)          |  | (1.002.052)    |
| Encargos de uso da rede elétrica                          | (230.233)      | 51.045            |  | (179.188)      |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   |                |                   |  |                |
| Despesas gerais e administrativas                         | (78.617)       |                   | 2.596  | (76.021)       |
| <b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b> | <b>249.476</b> | -                 | <b>2.596</b>   | <b>252.072</b> |
| <b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>         | <b>211.999</b> | -                 | <b>2.596</b>   | <b>214.595</b> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          | (35.366)       |                   | (882)  | (36.248)       |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>                     | <b>156.952</b> | -                 | <b>1.714</b>   | <b>158.666</b> |

**2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa**

Redução no montante de R\$2.596 na rubrica de Provisão para plano de benefício pós-emprego em contrapartida à rubrica Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, decorrente do reconhecimento do custo do serviço passado, conforme requerido pelo CPC 33 (R1).

**2.4.4 Demonstração do valor adicionado**

As reclassificações estão apresentadas a seguir:

(i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados com redução na rubrica Remuneração direta no valor de R\$2.596 e respectivos acréscimos nas rubricas de Impostos, taxas e contribuições - Federais no valor de R\$882 e Lucros retidos no valor de R\$1.714; e

(ii) Reclassificação dos gastos operacionais não gerenciáveis relativos ao Encargo de Serviço do Sistema - ESS, da rubrica de Encargos de uso da rede elétrica para a rubrica de Energia elétrica comprada para revenda, conforme Despacho ANEEL nº 3.262, de 27 de setembro de 2013 no montante de R\$56.248.

**3 Eventos significativos no exercício**

**3.1 Revisão Tarifária de 2013**

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.576 de 30 de julho de 2013, homologou o resultado da 6ª Revisão Tarifária Periódica - RTP aplicado a partir de 7 de agosto de 2013.

O reposicionamento tarifário foi de 4,12%, sendo 1,32% relativo ao reposicionamento econômico e 2,80% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada anteriormente, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de -1,05%, sendo 2,17% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e -3,14% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

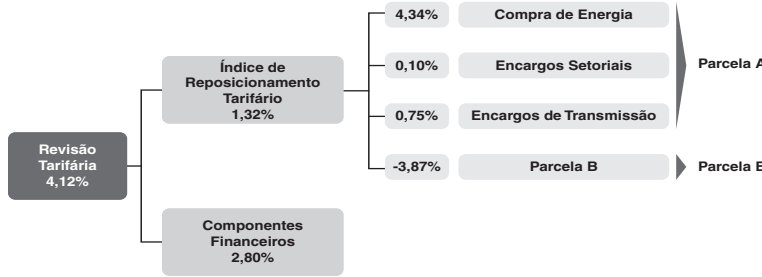
No processo de revisão tarifária periódica, que se dá a cada três anos na Companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem os custos operacionais, avalia os investimentos realizados (Base de Remuneração Regulatória - BRR) e a remuneração do capital. Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X aprovado a partir deste ciclo de revisão tarifária, passa a ser função dos Componentes "Pd" (ganhos de produtividade), "T" (trajetória para adequação de custos operacionais) e "Q" (incentivo à qualidade), os quais foram homologados em: "Pd" - 0,99%; "T" - 1,68%, e o componente "Q" será apurado no próximo processo tarifário.

O principal ajuste financeiro reconhecido pela ANEEL neste processo tarifário foi o saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) no montante de R\$125.057, referente a diferença entre os custos homologados e os efetivamente incorridos pela Companhia no período de junho de 2012 a maio de 2013. Deste montante, a Companhia está recebendo o montante de R\$34.387 via tarifa e os outros R\$90.670 ressarcida em setembro de 2013, por meio de repasse da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de modo a reduzir o impacto nas tarifas a serem aplicadas aos consumidores finais.

Na composição do reposicionamento tarifário de 2013, destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R\$2,758 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R\$1,566 bilhão. A Companhia pleiteou para que a valorização do investimento realizado no período incremental fosse efetuada com base no banco de preços do período entre ciclos, em função da existência de diferentes regimes tributários. A Diretoria da ANEEL acatou o pleito e os efeitos serão considerados no reajuste tarifário de 2014.

**EDP ESCELSA: Decomposição do Índice apresentado na Reunião de 30 de julho de 2013**



**3.2 Regulamentações do Setor de Energia**

O ano de 2013 foi marcado por significativas alterações no arcabouço legal e regulatório aplicado ao setor de energia elétrica. Destacaram-se: (i) a Lei Ordinária nº 12.767 de 27 de dezembro de 2012, que dispôs sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço, sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica, e (ii) a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispôs sobre as concessões de geração; transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

O governo federal, com as medidas introduzidas, buscou disciplinar as condições para intervenção em concessões tidas como de gestão temerária, solucionar a questão das concessões vincendas no período 2015-2017 e garantir a redução do valor da conta de energia elétrica, para o consumidor final a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil foi de 20,2%, decorrente de duas frentes: Renovação das Concessões vincendas (13%) e Redução dos Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579, convertida na Lei Ordinária nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (artigo 19 da Lei nº 9.074) e que tivessem contratos a vencer entre 2015 e 2017, poderiam prorrogar antecipadamente as suas concessões, desde que disponibilizassem a totalidade de sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora. Já, as concessionárias de transmissão passariam a ter sua tarifa calculada apenas para a cobertura dos custos com a operação, manutenção, encargos e tributos, uma vez que os ativos vinculados à prestação do serviço já estavam totalmente amortizados.

No que se referem aos Encargos Setoriais, as contribuições para a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e para a Reserva Global de Reversão - RGR deixaram de ser cobradas dos consumidores, enquanto que a contribuição para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi reduzida, a partir de janeiro de 2013, a 25% de seu valor original.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 5 Consumidores e concessionárias

|  | Nota | Saldos Vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total          | PCLD            | Saldo líquido em 31/12/2013 | Saldo líquido em 31/12/2012 |
|--|------|------------------|----------------------|-----------------------------|----------------|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Circulante</b>                      |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Consumidores                           |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Fornecimento faturado                  |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Residencial                            |      | 39.781           | 43.532               | 10.691                      | 94.004         | (10.691)        | 83.313                      | 105.743                     |
| Industrial                             |      | 28.963           | 6.074                | 7.672                       | 42.709         | (5.474)         | 37.235                      | 39.329                      |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades |      | 33.073           | 13.066               | 3.821                       | 49.960         | (1.878)         | 48.082                      | 59.624                      |
| Rural                                  |      | 10.669           | 7.599                | 3.808                       | 22.076         | (310)           | 21.766                      | 23.635                      |
| Poder Público                          |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Federal                                |      | 2.112            | 538                  | 3                           | 2.653          | (2)             | 2.651                       | 2.510                       |
| Estadual                               |      | 3.144            | 116                  | 30                          | 3.290          | (26)            | 3.264                       | 4.078                       |
| Municipal                              |      | 5.281            | 553                  | 228                         | 6.062          | (50)            | 6.012                       | 7.345                       |
| Iluminação Pública                     |      | 4.501            | 114                  | 7                           | 4.622          | (1)             | 4.621                       | 6.289                       |
| Serviço Público                        |      | 3.908            | 4.468                | 236                         | 8.612          | (1)             | 8.611                       | 4.748                       |
| Fornecimento não faturado              |      | 64.889           |                      |                             | 64.889         |                 | 64.889                      | 99.604                      |
| Parcelamentos de débitos               |      | 14.615           | 5.429                | 33.397                      | 53.441         | (46.433)        | 7.008                       | 9.516                       |
| (-) Ajuste a valor presente            | 5.2  | (329)            |                      |                             | (329)          |                 | (329)                       | (344)                       |
| Outros créditos                        | 5.3  | 28.580           |                      |                             | 28.580         |                 | 28.580                      | 28.748                      |
|  |      | <b>239.187</b>   | <b>81.489</b>        | <b>59.893</b>               | <b>380.569</b> | <b>(64.866)</b> | <b>315.703</b>              | <b>390.825</b>              |
| Concessionárias                        |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Suprimento de energia elétrica         |      | 8.629            |                      |                             | 8.629          |                 | 8.629                       | 8.680                       |
| Energia de curto prazo                 | 5.1  |                  |                      |                             | -              |                 | -                           | 29.509                      |
| Encargos de uso da rede elétrica       |      | 937              |                      |                             | 937            |                 | 937                         | 1.991                       |
| Outros                                 |      | 9.284            |                      |                             | 9.284          |                 | 9.284                       | 6.184                       |
|  |      | <b>18.850</b>    | <b>-</b>             | <b>-</b>                    | <b>18.850</b>  | <b>-</b>        | <b>18.850</b>               | <b>46.364</b>               |
| <b>Total Circulante</b>                |      | <b>258.037</b>   | <b>81.489</b>        | <b>59.893</b>               | <b>399.419</b> | <b>(64.866)</b> | <b>334.553</b>              | <b>437.189</b>              |
| <b>Não circulante</b>                  |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Consumidores                           |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Fornecimento faturado                  |      |                  |                      |                             |                |                 |                             |                             |
| Industrial                             |      | 689              |                      |                             | 689            | (689)           | -                           | -                           |
| Parcelamentos de débitos               |      | 16.129           |                      |                             | 16.129         | (209)           | 15.920                      | 13.002                      |
| (-) Ajuste a valor presente            | 5.2  | (2.743)          |                      |                             | (2.743)        |                 | (2.743)                     | (4.071)                     |
|  |      | <b>14.075</b>    | <b>-</b>             | <b>-</b>                    | <b>14.075</b>  | <b>(898)</b>    | <b>13.177</b>               | <b>8.931</b>                |
| <b>Total Não Circulante</b>            |      | <b>14.075</b>    | <b>-</b>             | <b>-</b>                    | <b>14.075</b>  | <b>(898)</b>    | <b>13.177</b>               | <b>8.931</b>                |

## 5.1 Energia de Curto Prazo

O saldo refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE, liquidados no exercício.

## 5.2 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2013 correspondia a 11,36% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2012), afetando positivamente o resultado no exercício em R\$1.343 (positivamente em R\$352 em 31 de dezembro de 2012).

## 5.3 Outros créditos

Refere-se substancialmente ao saldo de Encargos de capacidade emergencial e encargos de aquisição de energia no montante de R\$28.614, sendo que R\$27.415 estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo no valor de R\$28.752 (Nota 21).

## 5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída conforme Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

Para os parcelamentos de débitos, a Companhia adota os seguintes critérios:

- i) Clientes baixa tensão: para a parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- ii) Clientes média e alta tensão: para a parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- iii) Poder Público: para a parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzida dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.5.

## 6 Impostos e contribuições sociais

|   | Nota | Saldo em 31/12/2012 | Adição         | Atualização monetária | Adiantamentos/Pagamentos | Compensação de tributos | Transferência    | Saldo em 31/12/2013 |
|---|------|---------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|------------------|---------------------|
| <b>Ativos - Compensáveis</b>                                |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| Imposto de renda e contribuição social                      |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| ICMS  |      | 2.681               |                | 285                   | 61.868                   | (15.280)                | (24.535)         | 25.019              |
| PIS e COFINS  |      | 12.022              | 5.277          |                       |                          |                         | 1.072            | 18.371              |
| PIS e COFINS - COSIT 27                                     |      | -                   | 114.455        |                       |                          |                         | (109.954)        | 4.501               |
| IRRF sobre aplicações financeiras                           |      | 316                 |                | 973                   |                          | (4.533)                 | 3.560            | 316                 |
| Outros  |      | 1.099               | 1.169          |                       |                          |                         | (1.003)          | 1.265               |
|   |      | 17.650              | 1.268          |                       |                          | (12.591)                | (2.512)          | 3.815               |
| <b>Total</b>  |      | <b>33.768</b>       | <b>122.169</b> | <b>1.258</b>          | <b>61.868</b>            | <b>(32.404)</b>         | <b>(133.372)</b> | <b>53.287</b>       |
| Circulante  |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| Não circulante  |      | 24.826              |                |                       |                          |                         |                  | 41.319              |
|   |      | 8.942               |                |                       |                          |                         |                  | 11.968              |
| <b>Total</b>  |      | <b>33.768</b>       |                |                       |                          |                         |                  | <b>53.287</b>       |
| <b>Passivo - a recolher</b>                                 |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| Imposto de renda e contribuição social                      |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| ICMS  |      | -                   | 34.884         |                       |                          |                         | (34.884)         | -                   |
| PIS e COFINS  |      | 53.884              | 594.014        |                       | (601.131)                |                         | 1.072            | 47.839              |
| ISS   |      | 4.830               | 256.975        |                       | (134.490)                | (13.089)                | (106.282)        | 7.944               |
| PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros |      | 607                 | 6.972          |                       | (6.839)                  |                         |                  | 740                 |
| IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros |      | -                   | 8.333          |                       | (8.139)                  |                         |                  | 194                 |
| IRRF sobre juros s/capital próprio                          |      | -                   | 1.938          |                       | (1.833)                  |                         |                  | 105                 |
| Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09                    | 6.1  | 9.778               | 332            | 628                   | (8.371)                  | (6.723)                 | 6.723            | 6.135               |
| Refis - conversão em renda                                  | 6.1  | 25.908              |                | 1.983                 |                          |                         |                  | 2.367               |
| Outros  |      | 2.196               | 39.693         |                       | (24.907)                 | (12.592)                |                  | 27.891              |
|   |      | <b>97.203</b>       | <b>949.276</b> | <b>2.611</b>          | <b>(785.710)</b>         | <b>(32.404)</b>         | <b>(133.371)</b> | <b>97.605</b>       |
| <b>Total</b>  |      | <b>97.203</b>       |                |                       |                          |                         |                  | <b>97.605</b>       |
| Circulante  |      |                     |                |                       |                          |                         |                  |                     |
| Não circulante  |      | 67.105              |                |                       |                          |                         |                  | 69.715              |
|   |      | 30.098              |                |                       |                          |                         |                  | 27.890              |
| <b>Total</b>  |      | <b>97.203</b>       |                |                       |                          |                         |                  | <b>97.605</b>       |

## 6.1 Parcelamento de impostos - Leis nº 11.941/09 e nº 12.865/13 e REFIS Conversão em Renda

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$30.258 (R\$35.686 em 31 de dezembro de 2012), R\$2.367 (R\$9.778 em 31 de dezembro de 2012) foram parcelados em 60 vezes restando 09 parcelas de R\$263 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$27.891 (R\$25.908 em 31 de dezembro de 2012) restantes possuem depósitos judiciais no montante de R\$67.788 (R\$64.431 em 31 de dezembro de 2012), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo e respectivo levantamento da diferença entre o depósito judicial atualizado e a obrigação.

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e a Companhia formalizou em dezembro junto à RFB a inclusão de débitos INSS ao novo programa no montante de R\$1.505. O efeito da adesão ao programa foi uma redução de R\$596 (R\$117 juros e R\$479 de multas e encargos). Do saldo remanescente no montante de R\$909, a Companhia realizou a quitação do débito com a conversão de depósitos judiciais no valor de R\$577 e o restante do débito foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R\$332.

## 7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

## 7.1 Composição e base de cálculo

| Natureza dos créditos  | Ativo Não Circulante |               |                | Resultado      |                 |                 |
|--|----------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
|  | 31/12/2013           |               |                | 31/12/2012     |                 |                 |
|  | IRPJ                 | CSLL          | Total          | Reclassificado | 2013            | 2012            |
| <b>Prejuízos Fiscais</b>   | 56.964               |               | 56.964         | 69.175         | (12.211)        | (7.134)         |
| <b>Base Negativa da Contribuição Social</b>                                  |                      | 24.093        | 24.093         | 28.489         | (4.396)         | (2.568)         |
|  | <b>56.964</b>        | <b>24.093</b> | <b>81.057</b>  | <b>97.664</b>  | <b>(16.607)</b> | <b>(9.702)</b>  |
| <b>Diferenças Temporárias</b>  |                      |               |                |                |                 |                 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                                | 9.958                | 3.585         | 13.543         | 10.582         | 2.961           | (945)           |
| Benefício pós-emprego  | 23.369               | 8.413         | 31.782         | 23.389         | 8.393           | 1.621           |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas                      | 14.012               | 5.040         | 19.052         | 17.222         | 1.830           | 3.683           |
| Provisão para Resultados de Swap   | (2.871)              | (1.034)       | (3.905)        | (1.866)        | (2.039)         | (1.866)         |
| Provisão para Perdas em Estoques   | 526                  | 189           | 715            | 839            | (124)           | (193)           |
| <b>Total diferenças temporárias</b>  | <b>44.994</b>        | <b>16.193</b> | <b>61.187</b>  | <b>50.166</b>  | <b>11.021</b>   | <b>2.300</b>    |
| <b>Ágio incorporado</b>  | <b>16.998</b>        | <b>6.119</b>  | <b>23.117</b>  | <b>25.412</b>  | <b>(2.295)</b>  | <b>(2.164)</b>  |
| <b>Diferenças Temporárias - RTT</b>  |                      |               |                |                |                 |                 |
| Consumidores - ajuste a valor presente                                       | 768                  | 276           | 1.044          | 1.408          | (364)           | (213)           |
| Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM                            | 20                   | 7             | 27             | -              | 27              | -               |
| Valor justo do Ativo Financeiro Idenizável - ICPC 01 (R1)                    | (18.728)             | (6.742)       | (25.470)       | (26.488)       | 1.017           | (26.488)        |
| Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)  | 86.787               | 31.243        | 118.030        | 107.530        | -               | 19              |
| <b>Total diferenças temporárias - RTT</b>                                    | <b>68.847</b>        | <b>24.784</b> | <b>93.631</b>  | <b>82.450</b>  | <b>680</b>      | <b>(26.682)</b> |
| <b>Total Ativos Diferidos</b>  | <b>187.803</b>       | <b>71.189</b> | <b>258.992</b> | <b>255.692</b> |                 |                 |
| <b>Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b> |                      |               |                |                | <b>(7.201)</b>  | <b>(36.248)</b> |

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$7.201 e a crédito de Patrimônio Líquido em R\$10.501.

## 7.1.1 Ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da EDP Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$1.955 até o ano de 2025 (Nota 15.2).

## 7.2 Resultados tributáveis futuros

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado. No entanto, o crédito



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

relacionado ao ágio, mencionado na nota 7.1.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

| 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   | 2019 a 2021 | 2022 a 2023 | Não circulante |
|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|-------------|----------------|
| 39.897 | 54.250 | 30.963 | 20.655 | 25.078 | 82.879      | 5.270       | 258.992        |

Os valores contidos no intervalo de 2022 a 2023 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

**8 Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas e são apresentados como segue:

| Objeto do contrato   | Contraparte              | Data da transação | Período de duração                       | Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2013 (*) | Ativo        |              | Passivo       |               | Receitas (despesas) no exercício |                  |
|--|--------------------------|-------------------|--|---|--------------|--------------|---------------|---------------|----------------------------------|------------------|
|  |                          |                   |  |   | 31/12/2013   | 31/12/2012   | 31/12/2013    | 31/12/2012    | 2013                             | 2012             |
| <b>Outros créditos</b>   |                          |                   |  |   |              |              |               |               |                                  |                  |
| Contrato de uso do sistema de distribuição   | Energest                 | 01/08/2005        | 01/08/2005 a 17/07/2025                  |   | 607          | 817          |               |               | 6.101                            | 8.726            |
|  | Santa Fé                 | 20/03/2009        | 20/03/2009 a 17/07/2025                  |   |              | 44           |               |               | 305                              | 513              |
| Ressarcimento por insuficiência de geração   | Pecém                    | 31/12/2012        | Indeterminado                            |   | 1.845        | 286          |               |               | 1.845                            | 286              |
|  |                          |                   |  |   | <b>2.452</b> | <b>1.147</b> | -             | -             | <b>8.251</b>                     | <b>9.525</b>     |
| <b>Partes relacionadas</b>   |                          |                   |  |   |              |              |               |               |                                  |                  |
| Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13                             | EDP - Energias do Brasil | 01/07/2012        | Até a emissão de nova Resolução da ANEEL |   |              | 766          | 454           | 2.991         | (6.602)                          | (2.224)          |
| Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condomínios, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13 | EDP - Energias do Brasil | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   | 14           | 2            | 56            | 53            | (646)                            | (547)            |
|  | Energest                 | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   | 83           | 8            |               |               | 76                               | 89               |
|  | EDP GRID                 | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   | 4            |              |               |               | 7                                | 6                |
|  | Santa Fé                 | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   | 31           |              |               |               | 31                               |                  |
|  | EDP Renováveis do Brasil | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   | 7            | 1            |               |               | 6                                | 9                |
|  | Evrecy                   | 01/01/2011        | 01/01/2011 a 31/12/2014                  |   |              |              |               |               | 63                               |                  |
|  |                          |                   |  |   | <b>139</b>   | <b>777</b>   | <b>510</b>    | <b>3.044</b>  | <b>(7.128)</b>                   | <b>(2.604)</b>   |
| <b>Fornecedores</b>  |                          |                   |  |   |              |              |               |               |                                  |                  |
| Compra de energia elétrica (contratos bilaterais)  | Enerpeixe                | 23/12/2002        | 23/12/2002 a 31/01/2016                  | 192,29                                    |              |              | 9.473         | 9.540         | (79.871)                         | (75.646)         |
|  | Energest                 | 01/08/2001        | 01/08/2001 a 17/07/2025                  | 211,59                                    |              |              | 413           | 392           | (4.566)                          | (4.324)          |
|  | Energest                 | 01/11/2002        | 01/11/2002 a 17/07/2025                  | 195,87                                    |              |              | 1.959         | 1.862         | (21.661)                         | (20.515)         |
|  | Energest                 | 01/11/2007        | 01/11/2007 a 17/07/2025                  | 189,74                                    |              |              | 3.073         | 3.063         | (25.748)                         | (24.483)         |
|  | Energest                 | 16/12/2004        | 01/01/2005 a 31/12/2012                  | 83,11                                     |              |              |               |               | 118                              | (975)            |
|  | Energest                 | 16/12/2004        | 01/01/2006 a 31/12/2013                  | 99,17                                     |              |              | 80            | 45            | (599)                            | (374)            |
|  | Energest                 | 15/09/2005        | 01/01/2008 a 31/12/2015                  | 118,46                                    |              |              | 37            | 30            | (280)                            | (247)            |
|  | Energest                 | 01/03/2006        | 01/01/2008 a 31/12/2037                  | 170,03                                    |              |              | 51            | 46            | (386)                            | (366)            |
|  | Energest                 | 01/01/2013        | 01/01/2013 a 31/12/2041                  | 179,69                                    |              |              |               |               | (1)                              |                  |
|  | Lajeado Energia          | 01/03/2006        | 01/01/2008 a 31/12/2037                  | 168,57                                    |              |              |               | 3             | (33)                             | (32)             |
|  | Lajeado Energia          | 01/03/2006        | 01/01/2009 a 31/12/2038                  | 170,03                                    |              |              |               | 6             | (60)                             | (56)             |
|  | Lajeado Energia          | 01/03/2006        | 01/01/2009 a 31/12/2038                  | 158,33                                    |              |              |               | 26            | (197)                            | (183)            |
|  | Santa Fé                 | 11/01/2007        | 01/01/2009 a 31/12/2038                  | 180,47                                    |              |              |               | 41            | (332)                            | (315)            |
|  | Pecém                    | 27/08/2008        | 01/01/2012 a 31/12/2026                  |   |              |              | 2.073         | 2.224         | (20.960)                         | (5.510)          |
|  | Evrecy                   | 01/08/2005        | 01/08/2005 a 17/07/2025                  |   |              |              |               |               |                                  | (588)            |
|  | Evrecy                   | 30/12/2002        | 30/12/2002 a 17/07/2025                  |   |              |              |               |               |                                  | (2.561)          |
| Conexão do sistema de transmissão  |                          |                   |  |   | -            | -            | <b>17.235</b> | <b>17.388</b> | <b>(154.694)</b>                 | <b>(136.175)</b> |
| Uso do sistema de transmissão  |                          |                   |  |   | <b>2.591</b> | <b>1.924</b> | <b>17.745</b> | <b>20.432</b> | <b>(153.571)</b>                 | <b>(129.254)</b> |
| <b>Total</b>   |                          |                   |  |   |              |              |               |               |                                  |                  |
| (*) Não auditado pelos auditores independentes   |                          |                   |  |   |              |              |               |               |                                  |                  |

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da  *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do  *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos têm vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

Com a venda de parte do terreno do Centro Operativo da EDP Escelsa, em junho de 2013, foram firmados os primeiros Termos Aditivos ao Instrumento Particular de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, firmado entre as empresas que compartilham gastos no estado do Espírito Santo (EDP Escelsa, Energest, Santa Fé, EDP Renováveis, EDP GRID e EnerPrev). Em 20 de novembro de 2013, por meio do Despacho nº 3.946, a ANEEL anuiu os documentos, ressalvando que se mantêm as exigências e condições constantes do Despacho nº 1.598/11. O rateio do compartilhamento dos gastos ficou suspenso no período de julho a novembro/2013, sendo integralmente repassados em dezembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 30.2).

**8.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

**8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte**

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

**8.3 Remuneração dos administradores****8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria**

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 87%

Remuneração Variável: 13%

**8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$)**

|                                      | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Total            |
|--------------------------------------|---------------------------|-----------------------|------------------|
| <b>Número de membros</b>             | <b>2 (*)</b>              | <b>6 (**)</b>         | <b>8</b>         |
| <b>Remuneração fixa (em R\$)</b>     | <b>73.181</b>             | <b>2.474.054</b>      | <b>2.547.235</b> |
| Salário ou pró-labore                | 58.080                    | 1.845.139             | 1.903.219        |
| Benefícios diretos e indiretos (i)   | n/a                       | 149.179               | 149.179          |
| Encargos sociais                     | 15.101                    | 479.736               | 494.837          |
| <b>Remuneração Variável (em R\$)</b> | <b>n/a</b>                | <b>375.339</b>        | <b>375.339</b>   |
| Bônus                                | n/a                       | 293.234               | 293.234          |
| Encargos sociais                     | n/a                       | 82.105                | 82.105           |
| <b>Valor Total da remuneração</b>    | <b>73.181</b>             | <b>2.849.393</b>      | <b>2.922.574</b> |

(n/a) = Não Aplicável

(\*) Das 8 posições do Conselho de Administração, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$75.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2013.

(\*\*) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 6 membros são remunerados, sendo que dos 6 membros 1 acumula 2 funções (Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores). A remuneração anual global da Diretoria é até R\$3.700.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2013.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

**8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$)**

|                                       | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|---------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Número de membros                     | 2                         | 6                     |
| Valor da maior remuneração individual | 36.588                    | 598.020               |
| Valor da menor remuneração individual | 36.588                    | 272.028               |
| Valor médio da remuneração individual | 36.588                    | 474.900               |

**9 Estoques**

O saldo de estoques da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.789 (R\$15.288 em 31 de dezembro de 2012).

Em 2013, a Companhia realizou um estudo nos estoques de equipamentos de medição que haviam sido retirados das unidades consumidoras no período de 2009 a 2012, por questões operativas. Após esse estudo constatou-se que esses equipamentos não tinham condições operacionais de serem reaplicados em novas unidades consumidoras, levando a Companhia a decidir pela alienação desses equipamentos (nota 25.4). Adicionalmente, a Companhia realizou uma revisão em sua política de estoques, dado uma melhor performance dos seus fornecedores (pontualidade) e melhor planejamento das demandas de mercado, o que permitiu melhorar aproveitamento dos estoques existentes e reduzir os volumes de compras, maximizando assim o giro dos estoques.

**10 Cauções e depósitos vinculados**

|                                | Nota     | Circulante   | Não circulante |
|--------------------------------|----------|--------------|----------------|
|                                |          | 31/12/2013   | 31/12/2012     |
| Depósitos judiciais            | 6.1 e 22 |              |                |
| Cauções e depósitos vinculados |          | 1.054        | 135            |
| <b>Total</b>                   |          | <b>1.054</b> | <b>135</b>     |

**11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

|  | Nota | Circulante    | Não circulante |
|--|------|---------------|----------------|
|  |      | 31/12/2013    | 31/12/2012     |
| <b>Outros créditos - Ativo</b>                         |      |               |                |
| Adiantamentos a empregados                             |      | 314           | 354            |
| Adiantamentos a fornecedores                           |      | 658           |                |
| Subvenção baixa renda                                  |      | 4.581         | 4.477          |
| Dispêndios a reembolsar                                |      |               | 2.939          |
| Programa eficiência energética                         |      | 428           | 428            |
| Benefícios pós-emprego                                 |      | 406           | 987            |
| Bens destinados à alienação                            |      | 513           | 42.253         |
| Serviços em curso                                      |      | 2.851         | 3.030          |
| Serviços prestados a terceiros                         |      | 2.366         | 2.993          |
| Desativações e alienações em curso                     |      | 235           | 1.602          |
| Instrumentos financeiros derivativos                   |      |               | 12.252         |
| Outras subvenções tarifárias                           |      | 11.2          | 29.414         |
| Convênios de arrecadação                               |      | 1.607         | 2.852          |
| Outros   |      | 1.409         | 480            |
| <b>Total</b>   |      | <b>44.782</b> | <b>61.408</b>  |
| <b>Outras contas a pagar - Passivo</b>                 |      |               |                |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos |      | 11.1          | 528            |
| Contribuição de iluminação pública                     |      | 12.881        | 13.134         |
| Credeiros diversos - consumidores                      |      | 1.876         |                |
| Folha de pagamento                                     |      | 1.740         | 3.679          |
| Juros sobre empréstimo compulsório                     |      | 358           | 358            |
| Arrecadação de terceiros a repassar                    |      | 4.034         |                |
| Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia                 |      | 2             | 2              |
| Outras   |      | 3.394         | 7.482          |
| <b>Total</b>   |      | <b>24.813</b> | <b>80.508</b>  |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.1 Bens destinados à alienação**

Do saldo a receber de R\$42.253 em 31 de dezembro de 2012, R\$41.685 referia-se ao saldo a receber referente a venda de imóvel, de acordo com Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis assinado pela Companhia, em 27 de novembro de 2012, com Campo Participações Imobiliárias S.A., tendo como objeto o compromisso de venda da proporção de 85.300 m² do imóvel com área total de 107.277,58 m² (Registrado no cartório de Registro de Imóveis da Serra/ES), localizado na Rodovia BR 101 Norte, nº 3.450, Planalto de Carapina, Município de Serra, Estado do Espírito Santo. Os valores propostos da venda excederam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos gerando um ganho na alienação de R\$52.685. O processo de desmembramento e desmobilização foi concluído em setembro de 2013 o que motivou a respectiva baixa dos valores reconhecidos no passivo e, conseqüentemente, com o registro do ganho da alienação.

**11.2 Outras subvenções tarifárias**

Conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/02, redação dada pela Medida Provisória nº 605/13, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891/13, refere-se à subvenção com recursos da CDE, a repassar pela Eletrobrás à Companhia, relativo aos descontos para atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento retirados da estrutura tarifária a partir do dia 24 de janeiro de 2013. O disposto no Decreto nº 8.020, de 29 de maio de 2013, modificou disposições do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, e possibilitou à ANEEL a autorizar o repasse antecipado para recebimento dos recursos da CDE, para a cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas e à redução equilibrada das tarifas, homologadas pela ANEEL através do Despacho ANEEL nº 1.711, de 29 de maio de 2013, no montante de R\$69.330, referente às competências de maio a novembro de 2013, tendo sido recebido parcialmente o montante de R\$49.522 em outubro de 2013.

**12 Ativo financeiro indenizável**

O saldo da Companhia no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2013 de R\$504.596 (R\$451.444 em 31 de dezembro de 2012), refere-se a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização, pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, emitido no laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR e atualizados pelo IGPM até a data do balanço e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

**15 Intangível**

|   | Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2013       |                       |                | 31/12/2012                           |                  |                       |                |
|---|--------------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|--------------------------------------|------------------|-----------------------|----------------|
|   |                                      | Custo histórico  | Amortização acumulada | Valor líquido  | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico  | Amortização acumulada | Valor líquido  |
| Direito de concessão - Infraestrutura                 |                                      |                  |                       |                |                                      |                  |                       |                |
| Em serviço  | 3,94                                 | 1.960.205        | (1.164.092)           | 796.113        | 3,99                                 | 1.899.407        | (1.055.847)           | 843.560        |
| Em curso  |                                      | 109.596          |                       | 109.596        |                                      | 74.564           |                       | 74.564         |
| Atividades não vinculadas à concessão                 |                                      |                  |                       |                |                                      |                  |                       |                |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora        |                                      | 103.964          |                       | 103.964        |                                      | 103.964          |                       | 103.964        |
| (-) Provisão para manutenção de dividendos            |                                      | (103.964)        |                       | (103.964)      |                                      | (103.964)        |                       | (103.964)      |
| Amortização da provisão para manutenção de dividendos |                                      | 35.971           |                       | 35.971         |                                      | 29.224           |                       | 29.224         |
| (-) Amortização acumulada do ágio                     |                                      | (35.971)         |                       | (35.971)       |                                      | (29.224)         |                       | (29.224)       |
|   |                                      | <b>2.069.801</b> | <b>(1.164.092)</b>    | <b>905.709</b> |                                      | <b>1.973.971</b> | <b>(1.055.847)</b>    | <b>918.124</b> |

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

|                                       | Valor líquido 31/12/2012 | Ingressos      | Juros Capitalizados | Transferência para intangível em serviço | Transferência para ativo financeiro indenizável | Amortizações     | Baixas         | Valor líquido 31/12/2013 |
|---------------------------------------|--------------------------|----------------|---------------------|--|---|------------------|----------------|--------------------------|
| <b>Intangível em serviço</b>          |                          |                |                     |  |   |                  |                |                          |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 843.560                  |                |                     | 146.083                                  | (62.524)  | (125.261)        | (5.745)        | 796.113                  |
| <b>Intangível em curso</b>            |                          |                |                     |  |   |                  |                |                          |
| Outros Intangíveis em curso           | 74.564                   | 178.334        | 3.100               | (146.083)                                |   |                  | (319)          | 109.596                  |
| <b>Total Intangível</b>               | <b>918.124</b>           | <b>178.334</b> | <b>3.100</b>        | <b>-</b>                                 | <b>(62.524)</b>                                 | <b>(125.261)</b> | <b>(6.064)</b> | <b>905.709</b>           |

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Companhia efetuou inventário físico e elaborou a conciliação físico/contábil dos ativos, resultando na elaboração de um laudo preparado por empresa especializada. Suportada nesse laudo, em virtude das sobras contábeis identificadas, a Companhia procedeu um ajuste no montante de R\$26.218 a débito da rubrica de amortização em gastos operacionais (Nota 25), em contrapartida ao Intangível - Direito de concessão - Infraestrutura, de acordo com o OCPC05.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão anualmente ou sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no Resultado.

A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,66%, que representa a taxa efetiva do empréstimo. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

**15.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura**

São registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

**15.2 Ágio - Incorporação de sociedade controladora**

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

**17 Debêntures****17.1 Composição do saldo de Debêntures**

| Agente Fiduciário  | Quantidade de títulos | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade  | Custo da dívida | Forma de pagamento               | 31/12/2013    |               | 31/12/2012    |               |                |
|--|-----------------------|------------------------|-------------|-----------------|----------------------|---|-----------------|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|  |                       |                        |             |                 |                      |   |                 |                                  | Principal     | Total         | Circulante    | Total         | Circulante     |
| Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | 25.000                | 10                     | 250.000     | 02/07/2007      | 02/07/2014           | Alongamento da dívida. Pagamento das Senior Notes com vencimento em 15/07/2007. | 105,0% do CDI   | Principal anual e juro semestral | 83.350        | 83.350        | 83.325        | 83.350        | 166.675        |
| (-) Custos de emissão  |                       |                        |             |                 |                      |   |                 | Amortização mensal               | (45)          | (45)          | (136)         | (45)          | (181)          |
| <b>Total</b>   |                       |                        |             |                 |                      |   |                 |                                  | <b>83.305</b> | <b>83.305</b> | <b>83.189</b> | <b>83.305</b> | <b>166.494</b> |

**17.2 Mutação das debêntures no exercício:**

|                       | Juros                       |                         | Amortização      |                                      | Valor líquido em 31/12/2013 |
|-----------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
|                       | Valor líquido em 31/12/2012 | Pagamentos de principal | provisões onadas | Transfêrências do custo de transação |                             |
| <b>Circulante</b>     |                             |                         |                  |                                      |                             |
| Debêntures            |                             |                         |                  |                                      |                             |
| Principal             | 83.325                      | (83.325)                |                  | 83.350                               | 83.350                      |
| Juros                 | -                           | (9.962)                 | 9.962            |                                      | -                           |
| Custo de transação    | (136)                       |                         |                  | (45)                                 | (45)                        |
|                       | <b>83.189</b>               | <b>(93.287)</b>         | <b>9.962</b>     | <b>83.305</b>                        | <b>83.305</b>               |
| <b>Não circulante</b> |                             |                         |                  |                                      |                             |
| Debêntures            |                             |                         |                  |                                      |                             |
| Principal             | 83.350                      |                         |                  | (83.350)                             | -                           |
| Custo de transação    | (45)                        |                         |                  | 45                                   | -                           |
|                       | <b>83.305</b>               | <b>-</b>                | <b>-</b>         | <b>(83.305)</b>                      | <b>-</b>                    |

**17.3 Vencimento das parcelas do Circulante**

| Circulante   | 2014   | Total         |
|--------------|--------|---------------|
| 2014         | 83.305 | 83.305        |
| <b>Total</b> |        | <b>83.305</b> |

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia não são conversíveis em ações.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 2 dias úteis contados da data do inadimplemento;

Em julho de 2013, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.576, foi homologado o resultado da 6ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia. Nesse processo de revisão tarifária, que no caso da Companhia se dá a cada 3 anos, é efetuada pelo órgão regulador uma revisão da qualidade dos investimentos realizados no período incremental, de 2010 a 2013, bem como é processada a atualização monetária e movimentações da base blindada a qual inclui os investimentos até 2010. Nesta Revisão, foi homologado o valor novo da BRR, no montante de R\$1,566 bilhão.

Conforme definido na ICPC 01 - Contratos de Concessão, foi aplicado o modelo bifurcado (Nota 2.2 item w) a esta nova BRR líquida, atualizada monetariamente e processadas as movimentações até 31 de dezembro de 2013, tendo sido efetuado no exercício um ajuste no montante de R\$2.992 a débito do resultado (Nota 25) em contrapartida à essa rubrica.

A movimentação do exercício é a seguinte:

|                              | Saldo em 31/12/2012 | Transferência do ativo intangível | Valor justo    | Baixas         | Saldo em 31/12/2013 |
|------------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|----------------|---------------------|
|                              |                     |                                   |                |                |                     |
| Ativo financeiro indenizável | 451.444             | 62.524                            | (2.992)        | (6.380)        | 504.596             |
|                              | <b>451.444</b>      | <b>62.524</b>                     | <b>(2.992)</b> | <b>(6.380)</b> | <b>504.596</b>      |

**13 Propriedades para investimentos**

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$1.040 (R\$1.074 em 31 de dezembro de 2012), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e estão avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades em dezembro de 2013, de acordo com a avaliação emitida por empresa terceirizada especializada, é de R\$6.009 (R\$6.258 em 31 de dezembro de 2012). De acordo com a hierarquia de valor justo estabelecida pelo CPC 46, estas propriedades para investimento enquadram-se na mensuração de Nível 2.

**14 Imobilizado**

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo é de R\$85 em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

**16 Fornecedores**

|                                  | Nota | Circulante     |                |
|----------------------------------|------|----------------|----------------|
|                                  |      | 31/12/2013     | 31/12/2012     |
| Suprimento de energia elétrica   |      | 130.611        | 153.341        |
| Energia livre                    | 16.1 | 34.599         | 31.983         |
| Encargos de uso da rede elétrica |      | 11.360         | 28.892         |
| Operações CCEE                   |      | 52.335         | 37.453         |
| Materiais e serviços             |      | 50.530         | 54.651         |
| <b>Total</b>                     |      | <b>279.435</b> | <b>306.320</b> |

**16.1 Energia livre**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Como forma de evitar tais pagamentos, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADÉE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar para suspensão do referido ato, o que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, ao qual foi atribuído efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras). Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém, tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face a tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$2.617 (R\$2.504 em 2012) em contrapartida a despesa financeira (Nota 26).

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros: (a) Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado; e (b) EBITDA Ajustado no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescido do aumento do montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento. Em Assembleia Geral de Debenturista, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da definição de EBITDA para o cálculo dos índices financeiros presentes nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. O EBITDA ajustado significará "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulada pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica;

(viii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia no respectivo contrato; e

(ix) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros "a" e "b" do item "ii" nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, sendo que para "a" não superior a 3,5 e para "b" não inferior a 1.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.



| NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
|---|---|---------------------|----------------|-------------------------|---|---|---|---|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|----------------|---------------|----------------|----------------|------------|
| (Em milhares de reais, exceto quando indicado)  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| 18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| 18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas   |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
|   | Valor contratado                                      | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato    | Finalidade  | Covenants   | Custo da dívida                                 | Forma de pagamento                                      | 31/12/2013    |                |                |                |                | 31/12/2012   |                |               |                |                |            |
|   |   |                     |                |                         |   |   |   |   | Encargos      |                | Principal      |                |                | Encargos     |                | Principal     |                |                |            |
|   |   |                     |                |                         |   |   |   |   | Circulante    | Não circulante | Circulante     | Não circulante | Total          | Circulante   | Não circulante | Circulante    | Não circulante | Total          |            |
| <b>Moeda Estrangeira</b>  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| BEI - Banco Europeu de Investimento   | EUR 45.000  | 17/02/2012          | EUR 15.000     | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema. | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | Libor + 1,2750% a.a.                            | Principal no final do contrato e Juros semestral        | 424           |                |                | 46.323         | 46.747         | 443          |                |               | 40.065         | 40.508         |            |
|   |   |                     |                |                         |   |   |   |   | <b>424</b>    | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>46.323</b>  | <b>46.747</b>  | <b>443</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>      | <b>40.065</b>  | <b>40.508</b>  |            |
| <b>Moeda nacional</b>   |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| BNDES - BB/CALC   | 164.091   | 29/01/2009          |                | 17/02/2010 a 15/05/2017 | Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.  | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP | Principal e juros mensal                                | 269           |                | 26.330         | 68.365         | 94.964         | 312          |                | 24.693        | 88.172         | 113.177        |            |
| (-) BNDES -CALC - Custos de transação   | (205)   | 29/01/2009          | (205)          | 17/02/2010 a 15/05/2017 |   |   |   | Amortização mensal do custo de transação                |               |                |                | (22)           | (22)           | (44)         |                | (30)          | (45)           | (75)           |            |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05  | 1.230   | 30/09/2008          | 924            | 30/01/2012 a 30/12/2016 | Programa Reluz - Município de Viana/ES  |   | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.)                    | Principal e juros mensal                                |               |                | 201            | 401            | 602            |              |                | 200           | 602            | 802            |            |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2488/05  | 261   | 12/07/2007          | 214            | 30/12/2008 a 30/11/2013 | Programa Reluz - Município de Alfredo Chaves/ES   |   | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.)                    | Principal e juros mensal                                |               |                |                |                |                |              |                | 40            |                | 40             |            |
| Eletrobrás Reluz - ECF 2500/05  | 380   | 12/07/2007          | 294            | 30/12/2008 a 30/11/2013 | Programa Reluz - Município de Santa Maria de Jetiba/ES  |   | 5% a.a. +1,5% a.a. (tx.adm.)                    | Principal e juros mensal                                |               |                |                |                |                |              |                | 54            |                | 54             |            |
| Eletrobrás LPT - ECFS 031/04  | 30.968  | 21/05/2004          | 22.729         | 30/08/2006 a 30/07/2016 | Programa Luz para Todos   |   | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)                   | Principal e juros mensal                                |               |                | 2.339          | 3.703          | 6.042          |              |                | 2.338         | 6.040          | 8.378          |            |
| Eletrobrás LPT - ECFS 106/05  | 50.304  | 20/11/2005          | 37.114         | 30/05/2008 a 30/04/2018 | Programa Luz para Todos   |   | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)                   | Principal e juros mensal                                |               |                | 3.752          | 12.506         | 16.258         |              |                | 3.752         | 16.257         | 20.009         |            |
| Eletrobrás LPT - ECFS 181/07  | 75.764  | 25/06/2007          | 44.821         | 30/04/2010 a 30/04/2020 | Programa Luz para Todos   |   | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)                   | Principal e juros mensal                                |               |                | 4.529          | 24.156         | 28.685         |              |                | 4.529         | 28.685         | 33.214         |            |
| Eletrobrás LPT - ECFS 258/09  | 56.737  | 28/08/2009          | 17.021         | 30/01/2012 a 30/12/2021 | Programa Luz para Todos   |   | 5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)                   | Principal e juros mensal                                |               |                | 1.702          | 11.915         | 13.617         |              |                | 1.702         | 13.617         | 15.319         |            |
| Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário  | 40.400  | 09/02/2007          | 40.400         | 09/08/2007 a 10/02/2014 | Capital de Giro   | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 105% do CDI                                     | Principal anual e Juros semestral                       | 298           |                | 8.080          |                | 8.378          | 464          | 7.134          | 8.080         | 8.080          | 23.758         |            |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial   | 135.000   | 24/06/2010          | 135.000        | 29/11/2010 a 29/05/2015 | Capital de Giro   | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 100% do CDI                                     | Principal e juros em parcela única no final             | 2.637         | 38.997         | 7.000          | 102.983        | 151.617        | 1.919        | 30.295         | 7.000         | 110.500        | 149.714        |            |
| Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial   | 45.000  | 27/05/2011          | 45.000         | 27/05/2011 a 9/05/2014  | Capital de Giro   |   | 100% do CDI                                     | Principal e juros em parcela única no final             | 11.332        |                | 45.000         |                | 56.332         |              |                |               | 45.000         | 45.000         |            |
| (-) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação   | (2.025)   | 24/06/2010          | (2.025)        | 29/05/2015              |   |   |   | Custo   |               |                |                |                | -              |              |                | (392)         | (517)          | (909)          |            |
| BNDES - Banco do Brasil   | 35.358  | 27/12/2007          | 33.160         | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.   | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP                         | Principal e juros mensal                                | 9             |                | 2.772          |                | 2.781          | 27           |                | 5.545         | 2.773          | 8.345          |            |
| BNDES - Banco Santander   | 35.358  | 27/12/2007          | 33.160         | 15/07/2008 a 15/06/2014 | Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.   | Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5. | 3,3% a.a. acima da TJLP                         | Principal e juros mensal                                | 9             |                | 2.772          |                | 2.781          | 27           |                | 5.545         | 2.773          | 8.345          |            |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário  | 90.000  | 04/10/2012          | 90.000         | 04/10/2012 a 24/09/2014 | Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.   |   | 98,5% do CDI                                    | Principal ao final do contrato e juros semestrais       | 8.567         |                | 90.000         |                | 98.567         |              | 1.327          | -             | 90.000         | 91.327         |            |
| (-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação  | (1.689)   | 04/10/2012          | (1.689)        | 04/10/2012 a 24/09/2014 |   |   |   | Amortização mensal do custo de transação                |               |                | (637)          |                | (637)          |              |                | (842)         | (637)          | (1.479)        |            |
| Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário 21/00804-3   | 68.000  | 13/02/2013          | 68.000         | 13/02/2013 a 03/02/2015 | Capital de Giro   |   | 105,50% e 98,5% do CDI                          | Principal e juros em parcela única ao final do contrato |               | 4.974          |                | 68.000         | 72.974         |              |                |               |                | -              |            |
| (-) Custo de transação  | (1.273)   | 13/02/2013          | (1.273)        | 13/02/2013 a 03/02/2015 | Capital de Giro   |   |   | Amortização mensal do custo de transação                |               |                |                | (718)          | (718)          |              |                |               |                | -              |            |
|   |   |                     |                |                         |   |   |   |   | <b>23.121</b> | <b>43.971</b>  | <b>193.818</b> | <b>291.289</b> | <b>552.199</b> | <b>2.749</b> | <b>38.756</b>  | <b>62.214</b> | <b>411.300</b> | <b>515.019</b> |            |
| <b>Resultado dos Swaps</b>  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| Goldman Sachs   | Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI | 09/02/2012          |                | 19/02/2012 a 17/02/2018 | Hedge frente ao financiamento do BEI.   |   | 93,40% do CDI                                   | Juros semestral   | 767           |                |                |                | 767            | 810          |                |               |                |                | 810        |
|   |   |                     |                |                         |   |   |   |   | <b>767</b>    | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>767</b>     | <b>810</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>      | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>810</b> |
| <b>Total</b>  |   |                     |                |                         |   |   |   |   | <b>24.312</b> | <b>43.971</b>  | <b>193.818</b> | <b>337.612</b> | <b>599.713</b> | <b>4.002</b> | <b>38.756</b>  | <b>62.214</b> | <b>451.365</b> | <b>556.337</b> |            |
| A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.                                     |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| Descrição das garantias, vide a nota 30.2.  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                |            |
| www.edp.com.br  |   |                     |                |                         |   |   |   |   |               |                |                |                |                |              |                |               |                |                | continua   |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:**

|   | Valor líquido em 31/12/2012 | Ingressos     | Pagamentos       | Juros provisionados | Transferências   | Ajuste a valor de mercado | Amortização do custo de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2013 |
|---|-----------------------------|---------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| <b>Circulante</b>                                 |                             |               |                  |                     |                  |                           |                                   |                              |                             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas |                             |               |                  |                     |                  |                           |                                   |                              |                             |
| Principal   | 63.478                      | 22.000        | (85.981)         |                     | 194.981          |                           |                                   |                              | 194.478                     |
| Juros   | 4.002                       |               | (19.722)         | 23.025              | 16.966           |                           |                                   | 40                           | 24.311                      |
| Custo de Transação                                | (1.264)                     |               |                  |                     | (1.218)          |                           | 1.823                             |                              | (659)                       |
|   | <b>66.216</b>               | <b>22.000</b> | <b>(105.703)</b> | <b>23.025</b>       | <b>210.729</b>   | -                         | <b>1.823</b>                      | <b>40</b>                    | <b>218.130</b>              |
| <b>Não circulante</b>                             |                             |               |                  |                     |                  |                           |                                   |                              |                             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas |                             |               |                  |                     |                  |                           |                                   |                              |                             |
| Principal   | 452.564                     | 75.027        |                  |                     | (194.981)        | 355                       |                                   | 5.904                        | 338.869                     |
| Juros   | 38.756                      |               |                  | 22.181              | (16.966)         |                           |                                   |                              | 43.971                      |
| Custo de Transação                                | (1.199)                     | (1.276)       |                  |                     | 1.218            |                           |                                   |                              | (1.257)                     |
|   | <b>490.121</b>              | <b>73.751</b> | -                | <b>22.181</b>       | <b>(210.729)</b> | <b>355</b>                | -                                 | <b>5.904</b>                 | <b>381.583</b>              |

**18.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):**

| Vencimento            | Tipo de Moeda  |               |                | Total | Passivo Circulante 31/12/2013 | Passivo Não circulante 31/12/2012 | Passivo Não circulante 31/12/2013 | Reclassificado 31/12/2012 |  |
|-----------------------|----------------|---------------|----------------|-------|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------|--|
|                       | Nacional       | Estrangeira   | Total          |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| <b>Circulante</b>     |                |               |                |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2014                  |                |               |                |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
|                       | 216.940        | 1.190         | 218.130        |       | 1.013                         | 1.730                             | 1.189                             | 1.302                     |  |
|                       | <b>216.940</b> | <b>1.190</b>  | <b>218.130</b> |       | 23.139                        | 17.512                            | 415.284                           | 364.517                   |  |
| <b>Não circulante</b> |                |               |                |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2015                  |                |               |                |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
|                       | 253.178        | -             | 253.178        |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2016                  | 37.872         | -             | 37.872         |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2017                  | 21.447         | -             | 21.447         |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2018                  | 10.585         | 46.323        | 56.908         |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2019                  | 7.367          | -             | 7.367          |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
| 2020 até 2024         | 4.811          | -             | 4.811          |       |                               |                                   |                                   |                           |  |
|                       | <b>335.260</b> | <b>46.323</b> | <b>381.583</b> |       | <b>24.202</b>                 | <b>19.269</b>                     | <b>416.473</b>                    | <b>365.819</b>            |  |
| <b>Total</b>          | <b>552.200</b> | <b>47.513</b> | <b>599.713</b> |       |                               |                                   |                                   |                           |  |

**19 Benefícios pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados começaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

|                                      | 2013             | 2012           |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| Saldo inicial reconhecido            | (191.146)        | 281.201        |
| Custo do serviço corrente            | (854)            | 854            |
| Custo dos juros                      | (17.130)         | 17.130         |
| Rendimento esperado dos ativos       |                  | 25.525         |
| Custo do serviço passado             | (27.977)         | 27.977         |
| Ganhos/(perdas) atuariais            | 42.897           | (8.292)        |
| Contribuições pagas pela Companhia   |                  | 383            |
| Contribuições pagas pelos empregados | (382)            | 382            |
| Benefícios pagos pelo plano          | 14.326           | (14.326)       |
| Mudança na recuperação do superávit  |                  | 1.638          |
| <b>Saldo final</b>                   | <b>(180.266)</b> | <b>284.873</b> |

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano I por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro. Com relação ao superávit atuarial apurado para o Plano II, a Companhia registrou como ativo o valor presente de R\$1.638 da redução de futuras contribuições, conforme autorizado pela PREVIC por meio da Portaria nº 664/2013.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício de 2013 com R\$2.931 (R\$2.882 em 2012).

Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

| Vencimento            | Plano I        | Plano II      |
|-----------------------|----------------|---------------|
| <b>Circulante</b>     |                |               |
| 2014                  |                |               |
|                       | 9.745          | 4.668         |
|                       | <b>9.745</b>   | <b>4.668</b>  |
| <b>Não circulante</b> |                |               |
| 2015                  |                |               |
|                       | 10.078         | 4.924         |
| 2016                  | 10.404         | 5.188         |
| 2017                  | 10.721         | 5.462         |
| 2018                  | 11.026         | 5.744         |
| 2019 a 2023           | 58.967         | 33.112        |
|                       | <b>101.196</b> | <b>54.430</b> |
| <b>Total</b>          | <b>110.941</b> | <b>59.098</b> |

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

| Econômicas                           | 2013  |   | 2012  |   |
|--------------------------------------|---|---|---|---|
|                                      | Plano I   | Plano II  | Plano I   | Plano II  |
| Taxa de desconto - nominal           | 12,00% a.a.   | 12,00% a.a.   | 9,30% a.a.  | 9,30% a.a.  |
| Crescimentos salariais futuros       | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017 | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017 |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  |
| Inflação                             | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  |
| <b>Demográficas</b>                  |   |   |   |   |
| Tábua de mortalidade                 | AT 2000   | AT 2000   | AT 2000   | AT 2000   |
| Tábua de mortalidade de inválidos    | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled  |
| Tábua de entrada em invalidez        | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1  |

**19.1.2 Contribuição definida**

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$860 (R\$650 em 31 de dezembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 313 colaboradores.

**19.2 Auxílio incentivo à aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados: Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

| Classe de ativo   | Mercado ativo | Alocação %     | Alocação %     |
|-------------------|---------------|----------------|----------------|
|                   |               |                |                |
| Títulos de dívida | Cotado        | 90,51%         | 91,09%         |
| Ações             | Cotado        | 8,20%          | 7,60%          |
| Imóveis           | Cotado        | 0,45%          | 0,44%          |
| Outros            | Não cotado    | 0,84%          | 0,87%          |
| <b>Total</b>      |               | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

|                            | 2013       |            | 2012       |            |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
|                            | Plano I    | Plano II   | Plano I    | Plano II   |
| Participantes ativos       | 2          | 673        | 2          | 723        |
| Participantes assistidos   |            |            |            |            |
| Com benefícios diferidos   |            | 18         |            | 15         |
| Aposentados e pensionistas | 703        | 215        | 719        | 214        |
| <b>Total</b>               | <b>705</b> | <b>906</b> | <b>721</b> | <b>952</b> |

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

| Análise de sensibilidade  | Plano I | Plano II |
|---|---------|----------|
| <b>Pressupostos Centrais</b>  | 95.400  | 84.866   |
| <b>Taxa de desconto</b>   |         |          |
| Aumento na taxa de desconto em 0,5%                                   |         | (341)    |
| Redução na taxa de desconto em 0,5%                                   |         | 343      |
| <b>Mortalidade</b>  |         |          |
| Se os membros do plano usassem um ano mais novo do que sua idade real |         | 2.124    |
| Se os membros do plano usassem um ano mais novo do que sua idade real |         | 703      |

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

|   | 2013                                   |                                      | 2012                                   |                                      |
|---|--|--------------------------------------|--|--------------------------------------|
|   | Valor presente das obrigações do plano | Restrição de reconhecimento de ativo | Valor presente das obrigações do plano | Restrição de reconhecimento de ativo |
| <b>Saldo inicial reconhecido</b>        | (385.061)                              | 385.061                              | (216.584)                              | 216.584                              |
| Custo do serviço corrente               | (3.655)                                | 3.655                                | (2.331)                                | 2.331                                |
| Custo dos juros                         | (34.935)                               | 34.935                               | (21.565)                               | 21.565                               |
| Custo do serviço passado                | (6.669)                                | 6.669                                |  |                                      |
|   |  |                                      | <b>Reclassificado</b>                  | <b>Reclassificado</b>                |
| Custo especial por término de benefício |  |                                      | (130)                                  | 130                                  |
| Ganhos/(perdas) atuariais               | (30.885)                               | 30.885                               | (163.650)                              | 163.650                              |
| Benefícios pagos pelo plano             | 20.580                                 | (20.580)                             | 19.199                                 | (19.199)                             |
| <b>Saldo final reconhecido</b>          | <b>(440.625)</b>                       | <b>440.625</b>                       | <b>(385.061)</b>                       | <b>385.061</b>                       |

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A seguir demonstramos a movimentação do exercício do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

|                                  | 2013                                   |                                      | 2012                                   |                                      |
|----------------------------------|--|--------------------------------------|--|--------------------------------------|
|                                  | Valor presente das obrigações do plano | Restrição de reconhecimento de ativo | Valor presente das obrigações do plano | Restrição de reconhecimento de ativo |
|                                  |  |                                      | <b>Reclassificado</b>                  | <b>Reclassificado</b>                |
| <b>Saldo inicial reconhecido</b> | (385.061)                              | 385.061                              | (216.584)                              | 216.584                              |
| Custo do serviço corrente        | (3.655)                                | 3.655                                | (2.331)                                | 2.331                                |
| Custo dos juros                  | (34.935)                               | 34.935                               | (21.565)                               | 21.565                               |
| Custo do serviço passado         | (6.669)                                | 6.669                                |  |                                      |

Custo especial por término de benefício (130) 130

Ganhos/(perdas) atuariais (30.885) 30.885 (163.650) 163.650

Benefícios pagos pelo plano 20.580 (20.580) 19.199 (19.199)

**Saldo final reconhecido (440.625) 440.625 (385.061) 385.061**

A perda atuarial de R\$30.885 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2013, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de fator de envelhecimento e a variação na taxa de desconto nesta avaliação. Em 31 de dezembro de 2012, houve perda atuarial de R\$163.650.

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios durante o exercício de 2014 são de R\$24.152. Os vencimentos do plano de benefício, calculado na avaliação atuarial, considera o seguinte fluxo futuro de pagamentos:



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| Vencimento     | Assistência médica e Seguro de vida | AIA          |
|----------------|-------------------------------------|--------------|
| Circulante     |                                     |              |
| 2014           | 23.139                              | 1.013        |
|                | <b>23.139</b>                       | <b>1.013</b> |
| Não circulante |                                     |              |
| 2015           | 25.777                              | 143          |
| 2016           | 28.756                              | 553          |
| 2017           | 31.678                              | 139          |
| 2018           | 35.030                              | 443          |
| 2019 a 2023    | 232.385                             | 757          |
|                | <b>353.626</b>                      | <b>2.035</b> |
| <b>Total</b>   | <b>376.765</b>                      | <b>3.048</b> |

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

|  | 2013          | 2012           |
|--|---------------|----------------|
| Custo do serviço corrente  | 3.655         | 2.331          |
| Custo dos juros  | 34.935        | 21.565         |
| Custo do serviço passado   | 6.669         |                |
| Custo especial por término de benefício  |               | 130            |
| <b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado</b>                     | <b>45.259</b> | <b>24.026</b>  |
| Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido                                     |               |                |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas demográficas                      | 65.948        |                |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência                                   | 91.608        | 105.696        |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras                       | (126.671)     | 57.954         |
| <b>Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b> | <b>30.885</b> | <b>163.650</b> |
| <b>Total</b>   | <b>76.144</b> | <b>187.676</b> |

O Custo do Serviço Passado no valor de R\$6.669 apurado no exercício é referente a inclusão de 137 participantes no benefício de Seguro de vida, em decorrência de decisões judiciais.

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$229.119 (R\$208.735 em 31 de dezembro de 2012).

O número de participantes considerados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

|                            | 2013                                |                                     | 2012                                |                                     |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
|                            | Assistência médica e Seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência médica e Seguro de vida | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) |
| Participantes ativos       | 1.046                               | 52                                  | 1.000                               | 60                                  |
| Participantes assistidos   |                                     |                                     |                                     |                                     |
| Aposentados e pensionistas | 2.309                               | -                                   | 2.144                               | -                                   |
|                            | <b>2.309</b>                        | <b>-</b>                            | <b>2.144</b>                        | <b>-</b>                            |
| <b>Total</b>               | <b>3.355</b>                        | <b>52</b>                           | <b>3.144</b>                        | <b>60</b>                           |

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

| Análise de sensibilidade   | Auxílio Incentivo a Aposentadoria | Assistência Médica e Odontológica | Benefícios a Aposentados | Seguro de Vida |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------|
| <b>Pressupostos Centrais</b>   |                                   |                                   |                          |                |
| <b>Taxa de desconto</b>  | 2.002                             | 412.614                           | 3.240                    | 22.300         |
| Aumento na taxa de desconto em 0,5%                                  | (18)                              | (22.735)                          | (201)                    | (810)          |
| Redução na taxa de desconto em 0,5%                                  | 19                                | 25.028                            | 228                      | 868            |
| <b>Mortalidade</b>   |                                   |                                   |                          |                |
| Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real |                                   | 12.728                            | 63                       | 479            |

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

| Econômicas                           | AIA   | 2013  |                    |   |  |
|--------------------------------------|---|---|--------------------|---|--|
|                                      |   | Assistência Médica  | Seguro de Vida     | Outros benefícios a aposentados                                 |  |
| Taxa de desconto - nominal           | 12,00% a.a.   | 12,00% a.a.   | 12,00% a.a.        | 12,00% a.a.   |  |
| Crescimentos salariais futuros       | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 | n/a   | n/a                | 6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017 |  |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a.  | n/a   | 5,00% a.a.         | 5,00% a.a.  |  |
| Inflação médica de longo prazo       | n/a   | 11,59%a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05%a.a. até 2025 | n/a                | n/a   |  |
| Inflação                             | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.         | 5,00% a.a.  |  |
| Fator de envelhecimento              | n/a   | 3,00% a.a.  | n/a                | n/a   |  |
| <b>Demográficas</b>                  |   |   |                    |   |  |
| Tábua de mortalidade                 | RP 2000 Gerational  | RP 2000 Gerational  | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational  |  |
| Tábua de mortalidade de inválidos    | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled   | RP 2000 Disabled  |  |
| Tábua de entrada em invalidez        | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1   | Wyatt 85 Class 1  |  |
| Econômicas                           | AIA   | 2012  |                    |   |  |
|                                      |   | Assistência Médica  | Seguro de Vida     | Outros benefícios a aposentados                                 |  |
| Taxa de desconto - nominal           | 9,30% a.a.  | 9,30% a.a.  | 9,30% a.a.         | 9,30% a.a.  |  |
| Crescimentos salariais futuros       | 6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017 | n/a   | n/a                | 6,90% a.a.  |  |
| Crescimento dos planos de benefícios | 5,00% a.a.  | n/a   | 5,00% a.a.         | 5,00% a.a.  |  |
| Inflação médica de longo prazo       | n/a   | 11,44%a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6%a.a. até 2024    | n/a                | n/a   |  |
| Inflação                             | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.  | 5,00% a.a.         | 5,00% a.a.  |  |
| Fator de envelhecimento              | n/a   | 1,50% a.a.  | n/a                | n/a   |  |
| <b>Demográficas</b>                  |   |   |                    |   |  |
| Tábua de mortalidade                 | RP 2000 Gerational  | RP 2000 Gerational  | RP 2000 Gerational | RP 2000 Gerational  |  |
| Tábua de mortalidade de inválidos    | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled  | RP 2000 Disabled   | RP 2000 Disabled  |  |
| Tábua de entrada em invalidez        | Wyatt 85 Class 1  | Wyatt 85 Class 1  | n/a                | Wyatt 85 Class 1  |  |

## 20 Obrigações estimadas com pessoal

|                    | 31/12/2013    | 31/12/2012    |
|--------------------|---------------|---------------|
| Folha de pagamento | 17.733        | 15.918        |
| INSS e FGTS        | 3.022         | 2.995         |
| <b>Total</b>       | <b>20.755</b> | <b>18.913</b> |

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

## 21 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

|   | Saldo em |                        | Atualização   |            | Saldo em        |                   |
|---|----------|------------------------|---------------|------------|-----------------|-------------------|
|   | Nota     | 31/12/2012             | Adições       | Monetária  | Pagamentos      | Baixa             |
|   |          | <b>Reclas-sificado</b> |               |            |                 | <b>31/12/2013</b> |
| Quota de reserva global de reversão - RGR       |          | 3.547                  |               | (2.806)    | (741)           | -                 |
| Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC |          | 5.047                  | 5.047         |            | (10.094)        | -                 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE       |          | 7.230                  | 23.141        |            | (28.443)        | 1.928             |
| Encargos tarifários (ECE/EAESEE)                | 5.3      | 28.736                 | 16            |            |                 | 28.752            |
| Pesquisa e desenvolvimento P&D                  | 21.1     | 10.899                 | 8.961         | 719        | (8.745)         | 11.834            |
| Programa de eficiência energética - PEE         | 21.1     | 973                    | 8.754         | 57         | (5.482)         | 4.302             |
| Taxa de fiscalização - ANEEL                    |          | 363                    | 3.984         |            | (4.057)         | 290               |
| Outros encargos                                 |          | 1.002                  |               |            | (1.002)         | -                 |
| <b>Total</b>                                    |          | <b>57.797</b>          | <b>49.903</b> | <b>776</b> | <b>(60.629)</b> | <b>(741)</b>      |
| Circulante                                      |          | 50.070                 |               |            |                 | 42.722            |
| Não circulante                                  |          | 7.727                  |               |            |                 | 4.384             |
|   |          | <b>57.797</b>          |               |            |                 | <b>47.106</b>     |

## 21.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a aplicar nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$42.304 (R\$41.126 em 31 de dezembro de 2012), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas,

## 22 Provisões

|  | Circulante   |              | Não circulante |               |
|--|--------------|--------------|----------------|---------------|
|  | 31/12/2013   | 31/12/2012   | 31/12/2013     | 31/12/2012    |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 1.213        | 1.255        | 54.828         | 50.121        |
| Licenças ambientais                      | 82           | 82           | 13             | 10            |
| <b>Total</b>                             | <b>1.295</b> | <b>1.337</b> | <b>54.841</b>  | <b>50.131</b> |

## 22.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

## 22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                | Passivo          |                     |               |                 |                | Ativo                   |                     |
|----------------|------------------|---------------------|---------------|-----------------|----------------|-------------------------|---------------------|
|                | Baixas           |                     |               |                 |                | Depósito Judicial       |                     |
|                | Instâncias       | Saldo em 31/12/2012 | Adições       | Pagamentos      | Reversões      | Atualizações Monetárias | Saldo em 31/12/2013 |
| Trabalhistas   | 1ª, 2ª e 3ª      | 39.254              | 35.483        | (30.908)        | (8.127)        | 6.708                   | 42.410              |
| Cíveis         | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 7.510               | 6.782         | (4.408)         | (1.434)        | 1.373                   | 19.575              |
| Fiscais        | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 1.045               | 331           | (909)           | (23)           | (162)                   | 4.579               |
| Outros         |                  | 3.567               |               | (527)           |                | 486                     | 3.797               |
| <b>Total</b>   |                  | <b>51.376</b>       | <b>42.596</b> | <b>(36.752)</b> | <b>(9.584)</b> | <b>8.405</b>            | <b>56.041</b>       |
| Circulante     |                  | 1.255               |               |                 |                |                         | 24.197              |
| Não circulante |                  | 50.121              |               |                 |                |                         | 26.022              |
| <b>Total</b>   |                  | <b>51.376</b>       |               |                 |                |                         | <b>26.022</b>       |

## 22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível. Periodicamente estes processos são reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

|              | Passivo          |                |                |              | Ativo             |            |
|--------------|------------------|----------------|----------------|--------------|-------------------|------------|
|              | Instâncias       |                |                |              | Depósito Judicial |            |
|              | 31/12/2013       | 31/12/2012     | 31/12/2013     | 31/12/2012   | 31/12/2013        | 31/12/2012 |
| Trabalhistas | 1ª, 2ª e 3ª      | 47.503         | 71.689         | 3.997        | 4.401             |            |
| Cíveis       | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 50.944         | 46.774         | 1.145        | 881               |            |
| Fiscais      | 1ª, 2ª, 3ª e Adm | 146.004        | 140.016        | 466          | 983               |            |
| Outros       |                  | 4.051          | 101            |              |                   |            |
| <b>Total</b> |                  | <b>248.502</b> | <b>258.580</b> | <b>5.608</b> | <b>6.265</b>      |            |

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

## 22.1.2.1 Cíveis

A Companhia é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Em 27/06/2011, o processo foi julgado extinto sem resolução de mérito, determinando a exclusão das Distribuidoras do Polo Passivo da demanda. Contra a referida decisão foram interpostos recursos pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública da União. O recurso interposto pelo Ministério Público foi considerado inadequado. O recurso interposto pela Defensoria Pública aguarda julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$25.727 (R\$21.608 em 31 de dezembro de 2012).

## 22.1.2.2 Trabalhistas

Refere-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

## 22.1.2.3 Fiscais

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; (ii) a sua incidência sobre pagamentos

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2013 importam em R\$7.148 (R\$7.401 em 31 de dezembro de 2012) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras: A Companhia discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2013 totalizam o montante de R\$11.198 (R\$9.363 em 31 de dezembro de 2012) e aguardam decisão em primeira instância.

A Companhia possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$105.851 (R\$102.670 em 31 de dezembro de 2012).

**22.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.019 (R\$2.559 em 31 de dezembro de 2012).

**23 Patrimônio líquido****23.1 Capital social**

O Capital social é de R\$376.022 em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**23.2 Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 09 de abril de 2013, a destinação do lucro líquido com distribuição de JSCP no valor de R\$44.821 referentes ao exercício de 2012, pago em 20 de dezembro de 2013, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de dezembro de 2012 e a constituição de reserva de retenção de lucros com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 no valor de R\$102.383.

Em 18 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP, no montante bruto de R\$40.899, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

|                                      | <b>31/12/2013</b> |
|--------------------------------------|-------------------|
| Lucro líquido apurado no exercício   | 134.009           |
| Prejuízos acumulados                 | (16.656)          |
| Lucro líquido ajustado               | <b>117.353</b>    |
| Constituição da reserva legal - 5%   | (5.659)           |
|                                      | <b>111.694</b>    |
| Destinação do lucro:                 | <b>111.694</b>    |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | 3.001             |
| Dividendos intermediários - JSCP     | 40.899            |
| Dividendo adicional proposto         | 67.794            |
| Quantidade de ações                  | 5.876.012         |
| Dividendos por ação - R\$- JSCP      | <b>7</b>          |

**23.3 Reservas**

|   | <b>Nota</b> | <b>31/12/2013</b> | <b>31/12/2012</b> |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
|   |             |                   | <b>Reclas-</b>    |
|   |             |                   | <b>sificado</b>   |
| Reservas de capital                               |             |                   |                   |
| Juros de obras em andamento                       | 23.3.1      | 65.687            | 65.687            |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora    |             | 35.348            | 35.348            |
|   |             | <b>101.035</b>    | <b>101.035</b>    |
| Outros resultados abrangentes                     | 23.3.2      |                   |                   |
| (Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego |             | (347.150)         | (316.265)         |
| IRPJ/CSLL Diferido                                |             | 118.031           | 107.530           |
|   |             | <b>(229.119)</b>  | <b>(208.735)</b>  |
| Reservas de lucros                                |             |                   |                   |
| Legal   |             | 75.206            | 69.547            |
| Retenção de lucros                                | 23.3.3      | 284.980           | 284.980           |
| Dividendo adicional proposto                      |             | 67.794            |                   |
| Incentivos fiscais                                | 23.3.4      | 11.273            | 8.272             |
|   |             | <b>439.253</b>    | <b>362.799</b>    |
|   |             | <b>311.169</b>    | <b>255.099</b>    |

**Total****23.3.1 Juros de obras em andamento**

Essas reservas de capital foram constituídas, basicamente, por despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, por meio da Portaria DNAEE nº 250/85, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no Patrimônio líquido.

**23.3.2 Outros resultados abrangentes**

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

|                           | <b>Saldo em</b>   |                |                  |                  | <b>Saldo em</b>   |
|---------------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|
|                           | <b>31/12/2012</b> | <b>Ganhos</b>  | <b>Perdas</b>    | <b>IRPJ/CSLL</b> | <b>31/12/2013</b> |
| Ganhos e perdas atuariais |                   |                |                  |                  |                   |
| - Benefícios pós-emprego  | (208.735)         | 126.671        | (157.556)        | 10.501           | (229.119)         |
|                           | <b>(208.735)</b>  | <b>126.671</b> | <b>(157.556)</b> | <b>10.501</b>    | <b>(229.119)</b>  |

**23.3.3 Reserva de retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

**23.3.4 Reserva de incentivos fiscais**

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.

**25 Gastos operacionais**

|  | <b>2013</b>             |                             |                    |                             | <b>2012</b>                  |                                 |                |                  |                  |
|--|-------------------------|-----------------------------|--------------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------|------------------|------------------|
|  | <b>Custo do serviço</b> |                             |                    |                             | <b>Despesas Operacionais</b> |                                 |                |                  |                  |
|  | <b>Nota</b>             | <b>Com energia elétrica</b> | <b>De operação</b> | <b>Prestado a terceiros</b> | <b>Com vendas</b>            | <b>Gerais e administrativas</b> | <b>Outras</b>  | <b>Total</b>     | <b>Total</b>     |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                |                  | <b>Reclas-</b>   |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                |                  | <b>sificado</b>  |
| <b>Não gerenciáveis</b>  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                |                  |                  |
| Energia elétrica comprada para revenda                         |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                |                  |                  |
| Moeda estrangeira - Itaipu                                     |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 189.590          | 163.932          |
| Moeda nacional   |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 861.622          | 838.120          |
| Encargos de uso da rede elétrica                               |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 87.063           | 179.188          |
| Taxa de fiscalização   |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 3.984            | 4.282            |
|  | 25.1                    | <b>1.138.275</b>            | -                  | -                           | -                            | -                               | <b>3.984</b>   | <b>1.142.259</b> | <b>1.185.522</b> |
| <b>Gerenciáveis</b>  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                |                  |                  |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i) |                         |                             |                    | 85.397                      |                              |                                 |                | 113              | 99.926           |
| Material   |                         |                             |                    | 11.989                      |                              |                                 |                | 957              | 9.736            |
| Serviços de terceiros  |                         |                             |                    | 94.612                      |                              |                                 |                | 1.442            | 137.020          |
| Amortização  | 15                      |                             |                    | 121.833                     |                              |                                 |                | 661              | 98.131           |
| Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas                   |                         |                             |                    |                             | 26.682                       |                                 |                |                  | 26.682           |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                       | 22.1.1.1                |                             |                    |                             |                              |                                 | 33.012         | 33.012           | 19.542           |
| Aluguéis e arrendamentos                                       |                         |                             |                    | 79                          |                              |                                 |                | 1.234            | 1.328            |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens             | 11.1                    |                             |                    |                             |                              |                                 |                | (39.023)         | (39.023)         |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável                    | 12                      |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 2.992            | 2.992            |
| Custo com construção da infraestrutura                         | 2.2 r iii               |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 178.334          | 178.334          |
| Outras   | 25.4                    |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 2                | 2                |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 18.344           | 18.344           |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | (5.021)          | (5.021)          |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 26.431           | 26.431           |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | (2.042)          | (2.042)          |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 642.410          | 642.410          |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | 115.904          | 115.904          |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | (1.057)          | (1.057)          |
| <b>Total</b>   |                         | <b>1.138.275</b>            | <b>324.017</b>     | <b>180.848</b>              | <b>180.848</b>               | <b>26.682</b>                   | <b>115.904</b> | <b>(1.057)</b>   | <b>1.784.669</b> |
|  |                         |                             |                    |                             |                              |                                 |                | <b>1.652.633</b> | <b>1.652.633</b> |

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$134.087 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$1.157 (R\$1.096 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a treinamentos.

**24 Receitas**

|   | <b>Nº DE</b>            |                  | <b>MWh (*)</b>    |                   | <b>R\$</b>       |                    |
|---|-------------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|
|   | <b>consumidores (*)</b> |                  |                   |                   |                  |                    |
| <b>Nota</b>   | <b>2013</b>             | <b>2012</b>      | <b>2013</b>       | <b>2012</b>       | <b>2013</b>      | <b>2012</b>        |
| <b>Fornecimento</b>                                       |                         |                  |                   |                   |                  |                    |
| Residencial   | 1.072.472               | 1.035.279        | 2.094.560         | 1.962.700         | 910.702          | 969.150            |
| Industrial  | 11.750                  | 11.499           | 1.165.840         | 1.111.320         | 415.380          | 420.127            |
| Comercial   | 117.015                 | 113.492          | 1.367.308         | 1.302.270         | 580.374          | 606.433            |
| Rural   | 165.722                 | 160.592          | 693.277           | 622.968           | 152.643          | 152.217            |
| Poder público   | 10.098                  | 9.857            | 255.844           | 244.774           | 108.418          | 116.315            |
| Iluminação pública  | 393                     | 389              | 238.852           | 234.620           | 52.302           | 57.036             |
| Serviço público   | 1.223                   | 1.133            | 177.754           | 177.289           | 42.046           | 45.616             |
| Consumo próprio   | 193                     | 172              | 9.306             | 8.598             |                  |                    |
| (-) Transferência para TUSD - clientes cativos            |                         |                  |                   |                   | (1.079.693)      | (1.317.484)        |
| Fornecimento não Faturado                                 |                         |                  |                   |                   | (30.511)         | 16.841             |
|   | <b>1.378.866</b>        | <b>1.332.413</b> | <b>6.002.741</b>  | <b>5.664.539</b>  | <b>1.151.661</b> | <b>1.066.251</b>   |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>                     | <b>1</b>                | <b>1</b>         | <b>532.957</b>    | <b>509.449</b>    | <b>77.566</b>    | <b>59.920</b>      |
| <b>Energia de curto prazo</b>                             | <b>1</b>                | <b>1</b>         | <b>535.852</b>    | <b>799.770</b>    | <b>68.444</b>    | <b>115.945</b>     |
| <b>Receitas com operações de energia elétrica</b>         | <b>1.378.867</b>        | <b>1.332.414</b> | <b>6.538.593</b>  | <b>6.464.309</b>  | <b>1.220.105</b> | <b>1.182.196</b>   |
| Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão | <b>74</b>               | <b>67</b>        | <b>4.009.569</b>  | <b>3.955.871</b>  | <b>1.340.263</b> | <b>1.705.339</b>   |
| TUSD - outros   | 74                      | 67               | 4.009.569         | 3.955.871         | 264.774          | 389.542            |
| TUSD - clientes cativos                                   |                         |                  |                   |                   | 1.079.693        | 1.317.484          |
| TUSD - não faturado                                       |                         |                  |                   |                   | (4.204)          | (1.687)            |
| Receita de construção                                     | 2.2 r iii               |                  |                   |                   | 178.334          | 136.990            |
| Subvenções  | 24.2                    |                  |                   |                   | 133.647          | 8.688              |
| Ressarcimento por insuficiência de geração                |                         |                  |                   |                   | 38.575           | 9.749              |
| Arrendamentos e aluguéis                                  |                         |                  |                   |                   | 11.849           | 9.993              |
| Outras receitas operacionais                              |                         |                  |                   |                   | 11.064           | 8.945              |
| <b>Receita operacional bruta</b>                          | <b>1.378.941</b>        | <b>1.332.481</b> | <b>10.548.162</b> | <b>10.420.180</b> | <b>2.933.837</b> | <b>3.061.900</b>   |
| (-) Deduções à receita operacional                        |                         |                  |                   |                   | <b>(906.329)</b> | <b>(1.157.195)</b> |
| Tributos sobre a receita ICMS                             |                         |                  |                   |                   | <b>(847.557)</b> | <b>(908.892)</b>   |
| PIS/COFINS  |                         |                  |                   |                   | (590.407)        | (641.463)          |
| ISS   |                         |                  |                   |                   | (256.975)        | (267.255)          |
| Encargos do consumidor P&D e PEE                          |                         |                  |                   |                   | (175)            | (174)              |
| CCC   |                         |                  |                   |                   | <b>(58.772)</b>  | <b>(248.303)</b>   |
| CDE   |                         |                  |                   |                   | (17.715)         | (16.977)           |
| RGR   |                         |                  |                   |                   | (5.047)          | (96.636)           |
| PROINFA - Consumidores Livres                             |                         |                  |                   |                   | (23.141)         | (86.763)           |
| Outros encargos   |                         |                  |                   |                   | 741              | (28.415)           |
|   |                         |                  |                   |                   | (13.610)         | (14.425)           |
|   |                         |                  |                   |                   | (5.087)          | (5.087)            |
| <b>Receita</b>  | <b>1.378.941</b>        | <b>1.332.481</b> | <b>10.548.162</b> | <b>10.420.180</b> | <b>2.027.508</b> | <b>1.904.705</b>   |

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

**24.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente**

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, seriam contabilizados como Obrigações especiais, anteriormente



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**25.1 Gastos não gerenciáveis**

Por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 549, de 07 de maio de 2013 (Nota 3.2), que disciplinou sobre o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para cobertura dos custos de (i) Encargo de Serviços de Sistema - ESS, (ii) de exposição ao mercado de curto prazo, relacionada ao risco hidrológico, (iii) da exposição involuntária ao mercado de curto prazo e (iv) e da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA relativos à compra de energia e ao ESS, de acordo com os critérios estabelecidos, foi registrado no exercício o montante de R\$239.122 a crédito da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda, tendo sido ressarcido integralmente no exercício.

**25.2 Amortização**

No exercício a Companhia efetuou a amortização complementar no montante de R\$26.218, decorrente de conciliação físico/contábil, conforme descrito na nota 15.

**25.3 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**

No exercício foi concluído o processo de desmembramento referente a venda de imóvel (Nota 11.1), motivo pelo qual a Companhia registrou o ganho no montante de R\$52.685.

**25.4 Outras**

Inclui o montante de R\$12.153, decorrentes da alienação de estoques (Nota 9).

**26 Resultado financeiro**

|  | Nota | 2013             | 2012             |
|--|------|------------------|------------------|
| Receitas financeiras   |      |                  |                  |
| Renda de aplicações financeiras                                    |      | 5.996            | 3.417            |
| Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida        |      | 35.616           | 35.968           |
| Operações de <i>swap</i>   |      | 4.620            | 4.588            |
| Atualização monetária depósitos judiciais                          |      |                  | 118              |
| Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS                  |      | 2.527            | 4.045            |
| SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis          |      | 1.258            | 14.035           |
| Marcação a mercado - MTM   |      |                  | 274              |
| Descontos obtidos  |      | 809              | 663              |
| Ajustes a valor presente   |      | 1.343            | 352              |
| Outras receitas financeiras  |      | 1.983            | 2.527            |
|  |      | <b>54.152</b>    | <b>65.987</b>    |
| Despesas financeiras   |      |                  |                  |
| Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada        |      | (3.139)          | (1.680)          |
| Encargos de dívidas  |      | (55.103)         | (56.213)         |
| Variações monetárias moeda nacional                                |      | (38)             | (34)             |
| Variações monetárias moeda estrangeira                             |      | (5.944)          | (6.285)          |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas |      | (8.064)          | (7.249)          |
| SELIC - Energia Livre  | 16.1 | (2.617)          | (2.504)          |
| Atualizações monetárias - REFIS                                    |      | (2.611)          | (2.597)          |
| Marcação a mercado - MTM   |      | (355)            |                  |
| Benefícios pós-emprego   |      | (35.246)         | (21.775)         |
| (-) Juros capitalizados  |      | 3.100            | 4.643            |
| Outras despesas financeiras  |      | (10.880)         | (9.770)          |
|  |      | <b>(120.897)</b> | <b>(103.464)</b> |
| <b>Total</b>   |      | <b>(66.745)</b>  | <b>(37.477)</b>  |

**27 Imposto de renda e contribuição social**

|  | Imposto de Renda |                 | Contribuição Social |                 |
|--|------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
|  | 2013             | 2012            | 2013                | 2012            |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL                           | 176.094          | 214.595         | 176.094             | 214.595         |
| Alíquota   | 25%              | 25%             | 9%                  | 9%              |
| IRPJ e CSLL  | <b>(44.024)</b>  | <b>(53.649)</b> | <b>(15.848)</b>     | <b>(19.314)</b> |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva             |                  |                 |                     |                 |
| Doações  | (180)            | (171)           | (65)                | (61)            |
| Perdas indedutíveis                                  | (129)            | (482)           | (46)                | (173)           |
| Multas indedutíveis                                  | 177              | (2)             | 65                  | (1)             |
| Despesas Indedutíveis                                | (198)            | (181)           | (71)                | (65)            |
| Gratificações a administradores                      | (217)            | (221)           | (78)                | (79)            |
| Programa REFIS                                       | 149              |                 | 54                  |                 |
| Juros sobre o capital próprio                        | 10.225           | 11.205          | 3.681               | 4.034           |
| Outros   |                  |                 |                     |                 |
| Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior  | 558              | 284             | 146                 | 72              |
| Adicional IRPJ                                       | 24               | 24              |                     |                 |
| Programa de Alimentação do Trabalhador               | 691              | 403             |                     |                 |
| Incentivo Cultural e Artístico                       |                  | 368             |                     |                 |
| Doações a atividades de caráter Desportivo           |                  | 90              |                     |                 |
| Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente |                  | 90              |                     |                 |
| SUDENE   | 3.001            | 1.900           |                     |                 |
| <b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>                        | <b>(29.923)</b>  | <b>(40.342)</b> | <b>(12.162)</b>     | <b>(15.587)</b> |
| Alíquota efetiva                                     | 16,99%           | 18,80%          | 6,91%               | 7,26%           |

**28 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

|   | 2013            | 2012            |
|---|-----------------|-----------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas                                  | 134.009         | 158.666         |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 5.876           | 5.876           |
| <b>Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)</b>                                  | <b>22,80611</b> | <b>27,00233</b> |

**29 Instrumentos financeiros**

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

**29.1 Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

**29.2 Classificação dos instrumentos financeiros**

|   | Nota | Categoria                         | Níveis  | 31/12/2013       | 31/12/2012       | 31/12/2013       | 31/12/2012       |
|---|------|-----------------------------------|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   |      |                                   |         | Valor Justo      |                  | Valor Contábil   |                  |
| <b>Ativos financeiros</b>                         |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                 |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 4    | Valor justo por meio do resultado | Nível 1 | 49.068           | 55.145           | 49.068           | 55.145           |
| Caixa e equivalentes de caixa                     | 4    | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 85.612           | 30.357           | 85.612           | 30.357           |
| Consumidores e concessionárias                    | 5    | Empréstimos e recebíveis          | Nível 1 | 334.553          | 437.189          | 334.553          | 437.189          |
| Cauções e depósitos vinculados                    | 10   | Ativos mantidos até o vencimento  | Nível 1 | 1.054            | 135              | 1.054            | 135              |
| <b>Não circulante</b>                             |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| Ativo financeiro indenizável                      | 12   | Disponível para venda             | Nível 3 | 504.596          | 451.444          | 504.596          | 451.444          |
| Consumidores e concessionárias                    | 5    | Empréstimos e recebíveis          | Nível 1 | 13.177           | 8.931            | 13.177           | 8.931            |
| Partes relacionadas                               | 8    | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 139              | 777              | 139              | 777              |
| Cauções e depósitos vinculados                    | 10   | Ativos mantidos até o vencimento  | Nível 1 | 108              | 115              | 108              | 115              |
| Outros créditos - Derivativos                     | 11   | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 12.252           | 6.297            | 12.252           | 6.297            |
|   |      |                                   |         | <b>1.000.559</b> | <b>990.390</b>   | <b>1.000.559</b> | <b>990.390</b>   |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| <b>Circulante</b>                                 |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores                                      | 16   | Outros ao custo amortizado        | Nível 2 | 279.435          | 306.320          | 279.435          | 306.320          |
| Debêntures  | 17   | Outros ao custo amortizado        | Nível 2 | 83.305           | 83.189           | 83.305           | 83.189           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 18   | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 424              | 443              | 424              | 443              |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 18   | Outros ao custo amortizado        | Nível 2 | 216.493          | 64.919           | 216.939          | 64.963           |
| Derivativos                                       | 11   | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 767              | 810              | 767              | 810              |
| <b>Não circulante</b>                             |      |                                   |         |                  |                  |                  |                  |
| Debêntures  | 17   | Outros ao custo amortizado        | Nível 2 |                  | 83.305           |                  | 83.305           |
| Empréstimos e financiamentos                      | 18   | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 46.323           | 40.065           | 46.323           | 40.065           |
| Empréstimos e financiamentos                      | 18   | Outros ao custo amortizado        | Nível 2 | 335.823          | 449.731          | 335.260          | 450.056          |
| Partes relacionadas                               | 8    | Valor justo por meio do resultado | Nível 2 | 510              | 3.044            | 510              | 3.044            |
|   |      |                                   |         | <b>963.080</b>   | <b>1.031.826</b> | <b>962.963</b>   | <b>1.032.195</b> |

**29.2.1 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Consumidores e concessionárias: o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia;

(iii) Cauções e depósitos vinculados: é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data;

(iv) Ativo financeiro indenizável: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão;

(v) Derivativos: são calculados internamente por meio da metodologia de valor justo com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo por meio de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 29.7 - Instrumentos Financeiros derivativos;

(vi) Fornecedores: tem giro constante e é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(vii) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto;

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(viii) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

### 29.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e  
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

### 29.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte o BEI, BNDES, Eletrobrás, Banco do Brasil e Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao Dólar e à Libor.

| Operação                             | Risco      | Aging cenário provável |                 | Acima de 5 anos | Cenário (I)     | Cenário (II)            | Cenário (III)           | Cenário (IV)            | Cenário (V)             |
|--------------------------------------|------------|------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|                                      |            | Até 1 ano              | 2 a 5 anos      |                 | Provável        | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Instrumentos financeiros ativos      | CDI        | 15.810                 | 292             |                 | 16.102          | 4.025                   | 8.052                   | (4.025)                 | (8.052)                 |
| Instrumentos financeiros passivos    | CDI        | (26.766)               | (16.363)        |                 | (43.129)        | (10.137)                | (20.086)                | 10.332                  | 20.867                  |
| Instrumentos financeiros derivativos | CDI        | (3.578)                | (12.767)        |                 | (16.345)        | (3.896)                 | (7.721)                 | 3.969                   | 8.013                   |
|                                      |            | <b>(14.534)</b>        | <b>(28.838)</b> | -               | <b>(43.372)</b> | <b>(10.008)</b>         | <b>(19.755)</b>         | <b>10.276</b>           | <b>20.828</b>           |
| Instrumentos financeiros passivos    | TJLP       | (5.015)                | (5.708)         | (18)            | (10.741)        | (1.738)                 | (3.477)                 | 1.738                   | 3.477                   |
|                                      |            | <b>(5.015)</b>         | <b>(5.708)</b>  | <b>(18)</b>     | <b>(10.741)</b> | <b>(1.738)</b>          | <b>(3.477)</b>          | <b>1.738</b>            | <b>3.477</b>            |
| Instrumentos financeiros passivos    | Dólar      |                        |                 |                 |                 | (13.905)                | (27.808)                | 13.905                  | 27.808                  |
| Instrumentos financeiros derivativos | Dólar      |                        |                 |                 |                 | 13.905                  | 27.808                  | (13.905)                | (27.808)                |
|                                      |            | -                      | -               | -               | -               | -                       | -                       | -                       | -                       |
| Instrumentos financeiros passivos    | Libor - 6M | (999)                  | (10.556)        |                 | (11.555)        | (2.307)                 | (4.614)                 | 2.307                   | 4.614                   |
| Instrumentos financeiros derivativos | Libor - 6M | 999                    | 10.556          |                 | 11.555          | 2.307                   | 4.614                   | (2.307)                 | (4.614)                 |
|                                      |            | -                      | -               | -               | -               | -                       | -                       | -                       | -                       |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,431% e 4,451%; e Dólar entre 2,18 e 2,30.

### 29.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 12). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição. Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 30.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 30.1.

### 29.4.1 Capital circulante líquido

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2013 foi negativo em R\$237.894 (R\$106.591 negativo em 31 de dezembro de 2012). A decisão do Governo Federal de oferecer alívio nas tarifas dos consumidores e melhorar a competitividade da indústria mereceu destaque. Contudo, fatos conjunturais ligados ao baixo índice pluviométrico verificado nos anos de 2012 e 2013 tem feito com que a utilização de fontes de energia termoeletricas, com custo de geração mais caro, esteja sendo utilizada em maior intensidade para suprir à necessidade de atendimento a carga.

Estimativas realizadas pela ANEEL, durante o processo de reposicionamento tarifário da Companhia em agosto de 2013, subestimaram os custos de aquisição dessa energia fazendo com que as tarifas, fonte primária de recursos para o pagamento da despesa, fosse subestimada e, com isso, a Companhia passasse a acumular um Ativo Regulatório a ser repassado para as tarifas apenas no processo tarifário de agosto de 2014.

A Administração da Companhia vem interagindo junto à administração pública federal e ao órgão regulador com o intuito de sensibilizá-los para a questão do descompasso de fluxo de caixa provocado pela subavaliação dos custos da energia elétrica considerado nas tarifas. Este fato se repete em outras distribuidoras do País com processos tarifários realizados principalmente no 1º semestre de 2013.

Outra importante decisão do órgão regulador, tomada ao final o ano de 2013, determinou o adiamento da aplicação das chamadas "Bandeiras Tarifárias" que sinalizariam aos consumidores, quando o custo da geração da energia estivesse mais caro, permitindo a adoção de medidas de conservação de energia.

A Administração estuda formas alternativas de contornar a situação, sendo analisados e estruturados meios com o objetivo de alongar o prazo médio da dívida da Companhia. Vale ressaltar que o capital circulante negativo apenas reflete uma situação temporária, e a Administração da Companhia não deixará de arcar em momento algum com suas obrigações, sejam as de curto quanto as de longo prazo.

### 29.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente, para a Companhia, Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos de *swaps* com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

### 29.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

| Operação                             | Risco      | Aging cenário provável |                 | Acima de 5 anos | Cenário (I)     | Cenário (II)            | Cenário (III)           | Cenário (IV)            | Cenário (V)             |
|--------------------------------------|------------|------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|                                      |            | Até 1 ano              | 2 a 5 anos      |                 | Provável        | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Instrumentos financeiros ativos      | CDI        | 15.810                 | 292             |                 | 16.102          | 4.025                   | 8.052                   | (4.025)                 | (8.052)                 |
| Instrumentos financeiros passivos    | CDI        | (26.766)               | (16.363)        |                 | (43.129)        | (10.137)                | (20.086)                | 10.332                  | 20.867                  |
| Instrumentos financeiros derivativos | CDI        | (3.578)                | (12.767)        |                 | (16.345)        | (3.896)                 | (7.721)                 | 3.969                   | 8.013                   |
|                                      |            | <b>(14.534)</b>        | <b>(28.838)</b> | -               | <b>(43.372)</b> | <b>(10.008)</b>         | <b>(19.755)</b>         | <b>10.276</b>           | <b>20.828</b>           |
| Instrumentos financeiros passivos    | TJLP       | (5.015)                | (5.708)         | (18)            | (10.741)        | (1.738)                 | (3.477)                 | 1.738                   | 3.477                   |
|                                      |            | <b>(5.015)</b>         | <b>(5.708)</b>  | <b>(18)</b>     | <b>(10.741)</b> | <b>(1.738)</b>          | <b>(3.477)</b>          | <b>1.738</b>            | <b>3.477</b>            |
| Instrumentos financeiros passivos    | Dólar      |                        |                 |                 |                 | (13.905)                | (27.808)                | 13.905                  | 27.808                  |
| Instrumentos financeiros derivativos | Dólar      |                        |                 |                 |                 | 13.905                  | 27.808                  | (13.905)                | (27.808)                |
|                                      |            | -                      | -               | -               | -               | -                       | -                       | -                       | -                       |
| Instrumentos financeiros passivos    | Libor - 6M | (999)                  | (10.556)        |                 | (11.555)        | (2.307)                 | (4.614)                 | 2.307                   | 4.614                   |
| Instrumentos financeiros derivativos | Libor - 6M | 999                    | 10.556          |                 | 11.555          | 2.307                   | 4.614                   | (2.307)                 | (4.614)                 |
|                                      |            | -                      | -               | -               | -               | -                       | -                       | -                       | -                       |

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 15,9% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 29.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia tem contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, que é um *hedge accounting* de valor justo com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao Banco de Investimento Europeu - BEI.

A efetividade deste contrato é de 100% sobre as exposições aos riscos de taxas de juros e variações cambiais, pois o derivativo contratado estabelece uma taxa de câmbio e a troca da taxa Libor para a taxa CDI, nas mesmas condições e valores contratados no financiamento com o BEI. O valor do notional e os fluxos de pagamentos e recebimentos do principal e dos juros são os mesmos para o instrumento de *hedge* e para a posição coberta no reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no Resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia é calculado internamente por meio da metodologia de valor justo. Variações no valor justo do derivativo são contabilizados no resultado juntamente com as variações no item que está sendo protegido.

|                      | Swap          |               |
|----------------------|---------------|---------------|
|                      | 31/12/2013    | 31/12/2012    |
| <b>Ponta ativa</b>   |               |               |
| Libor + 1,275% a.a.  | 46.610        | 40.368        |
|                      | <b>46.610</b> | <b>40.368</b> |
| <b>Ponta passiva</b> |               |               |
| 93,40% do CDI        | 35.125        | 34.881        |
|                      | <b>35.125</b> | <b>34.881</b> |
| <b>Total</b>         | <b>11.485</b> | <b>5.487</b>  |



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia no exercício são:

| Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos | Resultado financeiro |              | Derivativos líquido |
|---|----------------------|--------------|---------------------|
|   | 2013                 | 2012         |                     |
|   |                      |              |                     |
| Derivativos com propósito de proteção                   |                      |              |                     |
| Riscos cambiais   | 4.620                | 4.588        |                     |
| <b>Total</b>  | <b>4.620</b>         | <b>4.588</b> |                     |

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

| Descrição   | Contraparte         | Início     | Vencimento | Posição                 | Nocional USD  |               | Nocional RS   |               | Valor Justo   |              | Efeitos no Resultado |              |  |
|-------------|---------------------|------------|------------|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|--------------|--|
|             |                     |            |            |                         | 31/12/2013    | 31/12/2012    | 31/12/2013    | 31/12/2012    | 31/12/2013    | 31/12/2012   | 31/12/2013           | 31/12/2012   |  |
|             |                     |            |            |                         |               |               |               |               |               |              |                      |              |  |
| <b>Swap</b> |                     |            |            |                         |               |               |               |               |               |              |                      |              |  |
| Ativo       | Banco Goldman Sachs | 09/02/2012 | 20/02/2018 | Libor 6M + 1,275 % a.a. | 19.740        | 19.740        | 34.071        | 34.071        | 46.610        | 40.368       | 6.034                | 4.588        |  |
| Passivo     | Banco Goldman Sachs | 09/02/2012 | 20/02/2018 | 93,40% do CDI           |               |               |               |               | 35.125        | 34.881       | 1.414                |              |  |
|             |                     |            |            |                         | <b>19.740</b> | <b>19.740</b> | <b>34.071</b> | <b>34.071</b> | <b>11.485</b> | <b>5.487</b> | <b>4.620</b>         | <b>4.588</b> |  |

**30 Compromissos contratuais e Garantias****30.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

|   | 31/12/2013        |                  |                  |                  |                  |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | Total             | Até 1 ano        | 1 e 3 anos       | Entre 3 e 5 anos | Entre 5 e 5 anos |
|   |                   |                  |                  |                  |                  |
| Responsabilidades com locações operacionais               | 9.409             | 7.498            | 1.911            |                  |                  |
| Obrigações de compra                                      | 12.659.000        | 1.372.607        | 2.262.666        | 1.630.984        | 7.392.743        |
| Juros Futuros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 60.646            | 41.811           | 15.795           | 2.482            | 558              |
|   | <b>12.729.055</b> | <b>1.421.916</b> | <b>2.280.372</b> | <b>1.633.466</b> | <b>7.393.301</b> |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia de 8,20%.

As obrigações de compra referem-se, basicamente, a contratos de longo prazo que contemplam a aquisição de energia elétrica para revenda.

**30.2 Garantias****Tipo de garantia oferecida**

|                         | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|-------------------------|------------|------------|
| Aval de acionista       | 92.207     | 91.170     |
| Depósito Cauçionado     | 1.161      | 250        |
| Fiança Bancária         | 176.363    | 172.101    |
| Garantias em recebíveis | 119.296    | 146.778    |
| Notas Promissórias      | 65.201     | 77.816     |

**Aval de acionista:** o aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.**Depósito Cauçionado:** são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia para participação nos Leilões de energia da ANEEL.**Fiança Bancária:** é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. Do saldo total, R\$134.832 são decorrentes de ações judiciais e R\$38.775 são vinculados a empréstimos e financiamentos.**Vencimento**

|                |               |
|----------------|---------------|
| 2014           | (767)         |
| Após 2017      | 12.252        |
| <b>Receber</b> | <b>11.485</b> |

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

| Garantias em recebíveis: | Nocional USD  |               | Nocional RS   |               | Valor Justo   |              | Efeitos no Resultado |              |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|----------------------|--------------|
|                          | 31/12/2013    | 31/12/2012    | 31/12/2013    | 31/12/2012    | 31/12/2013    | 31/12/2012   | 31/12/2013           | 31/12/2012   |
|                          |               |               |               |               |               |              |                      |              |
|                          | 19.740        | 19.740        | 34.071        | 34.071        | 46.610        | 40.368       | 6.034                | 4.588        |
|                          |               |               |               |               | 35.125        | 34.881       | 1.414                |              |
|                          | <b>19.740</b> | <b>19.740</b> | <b>34.071</b> | <b>34.071</b> | <b>11.485</b> | <b>5.487</b> | <b>4.620</b>         | <b>4.588</b> |

**Garantias em recebíveis:** o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos, destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação. Do saldo total, R\$60.135 referem-se a contratos de compra e venda de energia e encargos de uso da rede elétrica e R\$59.161 são vinculados a empréstimos e financiamentos.

**Notas Promissórias:** é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro. O saldo de Notas Promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.**31 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a capitalização de encargos de dívidas ao intangível no valor de R\$3.100 e constituição de dividendos no valor de R\$40.899, atividades estas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

**32 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

|  | 31/12/2013 |
|--|------------|
| Subestações  | 461.393    |
| Almoxarifados  | 34.402     |
| Prédios e conteúdos (próprios)   | 8.105      |
| Prédios e conteúdos (terceiros)  | 10.296     |
| Transportes (materiais)  | 2.500      |
| Transportes (veículos)   | 1.600      |
| Acidentes pessoais   | 92.207     |
| A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada EDP Escelsa como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil. |            |

**33 Eventos subsequentes****33.1 Base de Remuneração Regulatória - BRR**

A ANEEL, por meio do Despacho nº 287, de 10 de fevereiro de 2014, alterou após análise do recurso interposto pela Companhia, a BRR líquida para fins do 3º ciclo de Revisão Tarifária, de R\$1.566 bilhão para R\$1.591 bilhão e a BRR bruta de R\$2.758 bilhões para R\$2.791 bilhões e taxa de depreciação de 3,91% a.a.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes  
Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas  
Vice-Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques  
Conselheiro

Miguel Dias Amaro  
Conselheiro

Agostinho Gonçalves Barreira  
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade  
Conselheiro

Dante Segundo Pancini Pola  
Conselheiro

Edson Wilson Bernardes França  
Conselheiro

## DIRETORIA

Miguel Dias Amaro  
Diretor-Presidente

Agostinho Gonçalves Barreira  
Diretor de Sustentabilidade

Fernando Peixoto Saliba  
Diretor Técnico e de Ambiente

Michel Nunes Itkes  
Diretor Comercial

Carlos Sérgio Salgueira Martins  
Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo

Miguel Dias Amaro  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Donato Silva Filho  
Diretor de Regulação

André Luís Nunes de Mello Almeida  
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

Elisa Saeko Ishizaka Turci  
TC - CRC 1SP137290/O-8 "S" ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).**Outros assuntos****Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 2 de maio de 2013, sem ressalvas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP00160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6